

SESC

Serviço Social do Comércio

Departamento Nacional

**Proposta Pedagógica
Educação de Jovens e Adultos**

**Rio de Janeiro
Setembro de 2000**

Serviço Social do Comércio

Departamento Nacional

Oswaldo Kilzer da Rocha

Diretor Geral

Divisão de Assistência em Educação – DAE

Ada Lúcia Costa Lobato – Subdiretora

Equipe Técnica da Atividade de Educação de Jovens e Adultos

Marta Lima de Souza – Técnico

Rosilene Souza Almeida – Técnico

Proposta Pedagógica
Educação de
Jovens e Adultos

SESC

Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

Apresentação	8
I - HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO	9
1.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Breve retrospectiva 9	
1.2 A Década de 90 e a Nova LDB	11
1.3 A contribuição do SESC à Educação de Jovens e Adultos	12
1.4 O Ensino Supletivo no SESC hoje	14
II - PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA	16
2.1 Princípios norteadores da proposta de atuação no campo da Educação de Jovens e Adultos	16
2.1.1 O diálogo: base para a construção do conhecimento	16
2.1.2 A participação e a construção da cidadania	17
2.1.3 Diversidade Cultural: compreensão da unidade na pluralidade	18
2.1.4 A abordagem interdisciplinar	19
2.1.5 Saberes: a construção de seus processos	21
2.2 Formação de professores: profissionalização numa perspectiva de educação continuada	23
2.2.1 A profissionalização dos educadores de jovens e adultos	23
2.2.2 O papel do professor como mediador	23
2.2.3 O papel do professor como pesquisador	25
III - ESTRUTURA CURRICULAR	27
IV - METODOLOGIA	30
4.1 A organização do currículo por projetos didáticos	
4.1.1 Roteiro do Projeto	32
4.1.2 Outras formas de organizar as atividades pedagógicas	33
V AVALIAÇÃO	35
VI ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	37
6.1 Clientela	37
6.2 Divulgação	37
6.3 Inscrição	37
6.4 Composição das turmas	37
6.5 Carga horária:	38
6.6 Etapas para implantação da Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos	38
6.7 Profissionais	39
6.7.1 Equipe Pedagógica: componentes, formação e quantidade .	39
6.7.2 Atribuições dos Profissionais	39
6.8 Instalações e Equipamentos	42
6.8.1 Instalações	42
6.8.2 Mobiliário e equipamento	42
6.8.3 Material didático	42
VII BIBLIOGRAFIA	43
VIII ANEXOS	45
Levantamento – diagnóstico do aluno	45
Exemplo de Projeto 1	48
Exemplo de Projeto 2	52

APRESENTAÇÃO

Às vésperas do novo milênio as mudanças que estão ocorrendo no mundo da produção suscitam novas questões para a Educação, no confronto com o mundo do trabalho, que remetem à necessidade de se buscar alternativas que possam superar os impasses criados ao desenvolvimento.

De acordo com a V Conferência Internacional sobre Educação de Jovens e Adultos “apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável”, onde “a educação de adultos torna-se mais que um direito, sendo a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade...” (UNESCO, 1997)

Nesse sentido, o Departamento Nacional do SESC, considerando a necessidade de garantir a continuidade do processo educacional de qualidade, permitindo o acesso à educação básica ao comerciário, seus dependentes, e comunidade em geral, vem propor o Módulo de Educação de Jovens e Adultos, cujo objetivo é fornecer uma fundamentação político-pedagógica assim como teórico-metodológica que servirá de orientação para as ações do SESC, numa perspectiva de educação continuada.

Concebida como parte integrante de uma proposta ampla de Educação, que visa relacionar as áreas de Cultura, Saúde e Lazer, o Módulo de Educação de Jovens e Adultos vem, portanto, consolidar e ampliar as ações já em andamento nos Departamentos Regionais e expandir as oportunidades de atendimento, nos locais onde ainda não seja oferecido este tipo de ensino.

O atual documento é composto das seguintes partes:

Na primeira – Histórico e Legislação –, procuramos apresentar alguns marcos históricos que nos auxiliam a compreender a Educação de Jovens e Adultos hoje.

Na segunda parte – Proposta Político Pedagógica –, são definidos os princípios básicos fundamentais à implementação de uma linha de atuação no campo da Educação de Jovens e Adultos, onde reforçamos a idéia de que esses princípios devem estar profundamente enraizados na formação dos profissionais da área, que assume um destaque preponderante na proposta.

Na terceira parte, apresentamos as linhas gerais da estrutura curricular proposta.

A metodologia geral se encontra na quarta parte e a concepção de avaliação que compõe a proposta, na quinta parte.

A sexta parte é composta da Estrutura Organizacional, onde são definidos os elementos operacionais necessários à sua concretização.

I. HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

1.1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: BREVE RETROSPECTIVA

A área de Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como um importante campo de atuação, em face do significativo contingente da população que não teve acesso à escolaridade em idade própria, e procura, através de classes de ensino supletivo, ou outras formas alternativas, dar continuidade à sua educação. Paradoxalmente, a EJA ainda apresenta uma grande carência de atendimento, no sistema educacional brasileiro.

As ações, que representam a implantação da Educação de Adultos no Brasil, remontam ao período Colonial, quando os jesuítas procuravam, através da catequese infantil, atingir também seus pais. Pode-se assinalar ainda que neste período são criadas as classes de ensino profissional, para ensinar as artes e ofícios de ferraria, marcenaria e tecelagem. (Paiva, 1972)

Esta vinculação estreita entre a educação elementar comum e a Educação de Adultos, vai estar presente em toda a história da Educação de Adultos, no Brasil.

Com a penetração das idéias liberais assumidas pelas elites coloniais dominantes, registradas pelos historiadores já desde os fins do século XVIII, durante os movimentos sociais da independência e perpassando a primeira fase do Império, a noção de educação para todos apresentava-se como fundamental à construção da coerência interna a um sistema de idéias que pregava a universalização dos “direitos universais”.

Entretanto, a estrutura predominantemente agrária da sociedade brasileira, ainda dependente de uma mão-de-obra centrada no trabalho escravo, implicando numa reduzida motivação às ações que poderiam conduzir a uma universalização das ofertas educacionais, que se circunscreviam num conjunto de medidas dispersas e pouco representativas.

Apenas após a Segunda Guerra Mundial é possível identificar uma ação mais efetiva no campo da Educação de Adultos, através da promoção pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1947, da Campanha de Educação de Adultos que tinha por objetivo levar a “educação de base” ou “educação fundamental” a todos os brasileiros iletrados, nas cidades e nas áreas rurais. Apesar do seu sucesso inicial, a Campanha começa a perder sua força já nos anos 50, em face das críticas que suscita, em função dos métodos adotados. Embora produzidos para adultos eles se baseavam nos materiais produzidos para crianças, inadequados às necessidades da clientela e provocando o desestímulo nos alunos, comprometendo o aprendizado.

No período 50/60, várias iniciativas públicas e privadas tentaram ampliar as ações educativas voltadas para o atendimento de jovens e adultos. Dentre essas ações podemos citar o Programa Nacional de Alfabetização, proposto pelo MEC, em 1963, que pretendia utilizar o Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos.

“Apesar do cuidado com que se procurava cercar a transmissão das técnicas de leitura e escrita, mediante o uso de recursos audiovisuais e pormenorizada programação das atividades, os aspectos realmente inovadores do método apareciam:

1) no relacionamento entre a transmissão instrumental e a ação educativa possível durante o processo; 2) no relacionamento entre o conteúdo cultural do processo e as condições sociais, políticas e econômicas da vida do analfabeto.” (Beisiegel, 1979:53-54)

Em decorrência da reorientação política que ocorre no País, em 1964, o Programa deixa de ser implantado, o que impediu a avaliação, numa escala mais ampla, de seus limites e possibilidades, já que até então só se conheciam os efeitos da proposta político-pedagógica paulofreireana, circunscritos ao experimento realizado no Centro de Cultura Dona Olegarinha, em Recife.

Deixada a lacuna em nível nacional, só na passagem para a década de 70 é que vai-se buscar uma nova proposta para enfrentar os altos índices de analfabetismo, na forma de uma “Campanha” renovada, chamada de Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL.

O MOBRAL organizou-se, a partir de 1970, em ação paralela ao ensino supletivo, mais especificamente ao Departamento de Ensino Supletivo do MEC, com imensa força política e financeira (recursos provenientes do imposto de renda de empresas), instalando-se em todos os municípios do Brasil, por meio de Comissões Municipais, constituídas através de negociações entre prefeito e sociedade civil local. O Movimento, tendo começado suas atividades com o compromisso de dedicar-se à alfabetização de adultos, tornou-se uma superestrutura, no final da década de 70, ampliando o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. As metas iniciais previstas ficaram longe de serem atingidas.

Segundo Cunha (1993), o MOBRAL foi substituído em 1985 pela Fundação EDUCAR com uma proposta bem mais flexível e retomando as idéias de educadores como Paulo Freire, na construção de suas diretrizes de ação. Entretanto, a Fundação não resistiu ao processo de esvaziamento das políticas públicas para jovens e adultos no âmbito do governo federal, nos anos 80.

Vale ainda ressaltar que, na década de 70, um conjunto de medidas vai referendar as novas idéias que ocupam o cenário educacional, representadas pelo ideário da Educação Permanente, que terá influência na nova legislação da educação, mais especificamente a Lei 5692/71 e pelo Parecer 699 do Conselho Federal de Educação, que lhe especifica. (De Vargas, 1984)

Nos artigos de 24 a 28, que integram o capítulo IV da Lei 5692/71, dispõem-se as finalidades, abrangência e formas de operacionalização, e, no artigo 32, do capítulo V, aborda-se a necessidade da formação de professores para esta modalidade de ensino, demonstrando a preocupação com a sua especificidade e a necessidade de qualificação dos profissionais que nela atuavam.

De acordo com Haddad (1992), esta é a primeira vez na história das legislações de educação, no Brasil, em que aparece um artigo exclusivamente dedicado ao ensino supletivo:

Art. 24 – “Suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”.

No que tange à educação de adolescentes e adultos, a Lei nº 5692/71 trouxe efetivos avanços para a expansão do ensino supletivo, que foi concebido, dentro de uma visão sistêmica, compreendendo quatro funções: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação.¹ Estas funções, se interrelacionavam e juntamente com o ensino regular compunham o sistema nacional de educação.

A instituição do ensino supletivo de 1º e 2º graus constituiu-se em importante complemento do processo de democratização das oportunidades educacionais. Muitos foram os projetos desenvolvidos, em nível federal e estadual, inclusive com a implantação de novas tecnologias que serviram para mediar a educação através da utilização de TV, Rádio, Módulos Instrucionais, etc.

Entretanto, todas essas iniciativas não foram suficientes para dar conta da problemática educacional do país, que em função da baixa oferta de escolaridade e dos altos índices de evasão e repetência do ensino regular vieram a confirmar a necessidade de ações permanentes no campo da Educação de Jovens e Adultos.

A consciência dessa necessidade fez com que ao longo dos anos 80, no transcorrer das discussões da Constituinte, ficasse estabelecida a obrigatoriedade de ofertas educacionais destinadas a atender os jovens e os adultos, que não tiveram acesso à escola ou dela se afastaram por vários motivos. Por um lado, pelas condições sócio-econômicas que conduziram este jovem a se inserir cedo no mercado de trabalho, obrigando-o a abandonar a escola para poder complementar a renda familiar. Por outro lado, pela própria inabilidade da escola em proporcionar um ensino de qualidade e motivador às crianças das classes populares, que, desestimuladas, repetem e repetindo várias vezes, desistem, aumentando assim, o contingente de futuros candidatos aos cursos destinados a jovens e adultos.

1. 2. A DÉCADA DE 90 E A NOVA LDB

A Constituição de 1988 ratificou o dever do Estado em proporcionar escolaridade básica, independentemente da idade, elevando, assim, a Educação de Jovens e Adultos ao mesmo patamar da educação de crianças de 07 a 14 anos, garantindo a sua obrigatoriedade e gratuidade.

¹ Suplência: visa suprir a escolarização regular para aos adolescentes e adultos que não a tenham seguido em idade própria.

Suprimento: tem a função de proporcionar mediante repetidas voltas à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Aprendizagem: é a formação metódica no trabalho, prevê a educação geral.

Qualificação: visa à profissionalização, sem preocupação com a educação geral.

Entretanto, observa-se que, embora no artigo 60 das disposições gerais e transitórias, a Constituição tenha determinado que o Governo Federal e toda a sociedade civil se encarregariam de agregar esforços para erradicar o analfabetismo no país, em 10 anos, na prática isto não significou uma ação efetiva.

Sancionada em 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 9394 estabeleceu as diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB e reservou a Seção V, artigos 37 e 38, para a Educação de Jovens e Adultos, onde estão explicitadas as responsabilidades do poder público para com essa parcela da população, viabilizando e estimulando o acesso e a permanência do trabalhador na escola pois “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas”. (Haddad, 1998)

Um dos aspectos mais importantes da Lei 9394/96 e que a distingue da Lei 5692/71 refere-se à distinção entre a **Educação de Jovens e Adultos** (Capítulo II - Seção V - art.37 e 38), destinada àqueles que não tiveram acesso aos estudos no ensino fundamental e médio e a **Educação Profissional** (Capítulo III - art. 39 a 42), voltada para o aprimoramento e qualificação daqueles vinculados à vida produtiva.

Um outro aspecto importante, estabelecido pela Nova Lei, refere-se à redução da idade mínima de acesso aos exames supletivos:

- I Maiores de 15 anos: no nível de conclusão do ensino fundamental, (anteriormente o limite era de 18 anos);
- II Maiores de 18 anos: no nível de conclusão do ensino médio, (anteriormente o limite era de 21 anos).

Esta diminuição da idade de conclusão, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, vem trazendo sérios problemas de ordem psicossocial nas turmas que contêm cada vez mais adolescentes, gerando a necessidade de se procurar alternativas que levem em consideração as características desses alunos.

Ainda nos anos 90 merece destaque no nível internacional a V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, na Alemanha que reiterou a importância da Educação de Jovens e Adultos tanto para os países desenvolvidos como para aqueles em via de desenvolvimento. Às margens do século XXI, reconhece a importância da educação para os cidadãos moverem-se nas sociedades do conhecimento e da informação.

1.3. A CONTRIBUIÇÃO DO SESC À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Serviço Social do Comércio, ao longo de sua história, tem atuado na área de Educação de Jovens e Adultos, desenvolvendo várias ações voltadas para atender às necessidades dos trabalhadores do comércio “procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades maiores e criar condições de seu progresso”. (Ação Finalística, 1996:3)

“Reconhecendo os problemas sociais como “problemas de massa e problemas de estrutura”, o idealizador do SESC definiu a ação do serviço social como instrumento de não apenas alívio de situações individuais desfavoráveis, mas, também, de transformação e progresso social.” (Ação Finalística, 1996:3)

Criado em 1946, como resultado da ação de empresários e de organizações sindicais, já em 1947 o SESC participou da Campanha de Alfabetização de Adultos, que pretendia não só alfabetizar, como também atuar na capacitação profissional e no desenvolvimento comunitário.

Baseado nos princípios da Educação Permanente, na Década de 60 o SESC vai redirecionar a abordagem teórica dos seus Programas e Atividades compreendendo que a ação educativa deveria buscar o desenvolvimento constante em qualquer época da vida do homem, *“realizada fora dos bancos escolares, e caracterizada como um processo que perdura por toda a vida do indivíduo”.* (Módulo Político, 1997: 9)

Nesta perspectiva, em 1967, o SESC passa a atuar na mobilização nacional contra o analfabetismo, através da implementação de “Programas de Alfabetização Funcional e de Educação de Base, voltados para a faixa etária de 14 a 30 anos, principalmente nos centros de maior expressão econômica e social”. (Módulo Político, 1997: 9)

Nesse momento (1967/1968) surgem como atividades contingenciais em alguns Departamentos Regionais, os Cursos Supletivos, com o objetivo de atender à demanda dos trabalhadores do comércio por Cursos de Admissão, preparatórios para os antigos Exames de Madureza.

Numa concepção ampla de Educação, são estabelecidos como campos prioritários de ação: o lazer, a saúde, a nutrição e a educação. Para esta última, as Diretrizes Gerais de Ação do SESC (1973) propõem uma política de estímulos e assistência ao educando comerciário e seus dependentes, complementados pela realização de cursos de suplência, numa proposta de Educação Permanente. (Diretrizes Gerais de Ação do SESC, 1979)

Em 1973, na V Convenção Nacional de Técnicos foi institucionalizado o Programa de Ensino Supletivo no SESC, tendo como base os princípios estabelecidos na Lei 5692/71, com o objetivo de suprir a escolarização regular (função suplência) e promover a crescente oferta de educação continuada (função suprimento).

A ação sócio-educacional do SESC engloba ainda os Cursos de Atualização de Conhecimentos, que proporcionam a atualização e o aperfeiçoamento de conhecimentos e habilidades, bem como de complementação de currículos escolares. Essas ações buscam atender a necessidades específicas, que se integram na função de suprimento apresentada na Lei 5692/71. Os Cursos têm curta duração e são planejados no sentido de proporcionar ao comerciário condições de desenvolver uma atividade lucrativa, que venha a se somar aos rendimentos familiares, considera-

dos, portanto, como cursos de geração de renda. São oferecidos, hoje, cerca de duzentas modalidades de Cursos, nas mais variadas áreas do conhecimento – línguas estrangeiras, pré-vestibular, culinária, atualização profissional – procurando-se incorporar as inovações tecnológicas e as exigências do mercado de trabalho em cada local. (Módulo Político, 1997)

Na década de 80, os programas de ação supletiva deixam de desempenhar um papel prioritário no conjunto das atividades do SESC, dando lugar aos campos da Saúde e da Cultura.

“Sendo por excelência uma agência de prestação de serviços, o SESC se preocupa com a manutenção e o aperfeiçoamento de suas intervenções pedagógicas, educativas e culturais nas comunidades onde atua.

“...a integração dos campos de atuação de saúde, lazer, nutrição, serviço social, esporte e cultura possibilitam a construção de práticas educativas e de cidadania.” (Módulo Político, 1997:12)

Nos anos 90, as exigências crescentes de formação e qualificação profissional em face do aumento da competitividade do mercado, em função da globalização, tornam a colocar em relevo as ações específicas no campo da educação de jovens e adultos. (Rummert, 1995)

Neste momento, tendo em vista as mudanças aceleradas que estão ocorrendo no mundo da produção, e da necessidade premente de buscar alternativas educacionais para enfrentar os desafios postos pelo avanço tecnológico, baseado na informática e na microeletrônica, são reafirmados os interesses do SESC em uma educação politécnica de qualidade.

“Buscamos uma educação politécnica que atinja sólida formação nas áreas de conhecimento, nas bases científicas, tecnológicas, artísticas e culturais, possibilitando a atuação crítica e participativa no mundo contemporâneo.” (Módulo Político, 1997:12)

1.4. O ENSINO SUPLETIVO NO SESCOJE

No atual contexto brasileiro, torna-se um grande desafio aos diferentes setores da sociedade, a capacidade de criar condições de ampliação das oportunidades educacionais de qualidade, para atender às demandas da população, com a responsabilidade de proporcionar a formação integral do cidadão.

O SESC, buscando complementar as ações desenvolvidas pelo Estado, no sentido de procurar dilatar os espaços democráticos e visando colaborar para que se alcance um desenvolvimento social mais amplo, vem envidando esforços, na perspectiva de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos setores menos privilegiados da população, centrando sua ação sócio-educativa junto aos jovens e adultos trabalhadores comerciais e seus dependentes.

Atualmente, dezessete Departamentos Regionais estão efetivamente atuando no campo da Educação de Jovens e Adultos (Acre, Amazonas, Rondônia, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal).

Estes Departamentos Regionais desenvolvem a atividade Educação de Jovens e Adultos – Cursos Supletivos de Alfabetização, Ensino Fundamental (1º à 8ª séries) e de Ensino Médio, atendendo a um total de 5849 alunos, de acordo com dados enviados através de Formulário de Atualização.

Através de parcerias com o poder público, são firmados convênios com as Secretarias Estaduais de Educação, que se responsabilizam pela emissão de certificados de conclusão de cursos, validando assim as avaliações feitas no processo ensino-aprendizagem, por professores e alunos. Cumpre assinalar que os Departamentos Regionais do SESC do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul já possuem a autonomia para a certificação.

No bojo das atividades voltadas para o atendimento de jovens e adultos, encontra-se ainda o Projeto SESC-LER, através do qual se pretende *“contribuir de forma significativa para o atendimento das demandas de alfabetização do País”*. (SESC Ler, 1999:2)

A Proposta de Educação de Jovens e Adultos vem, portanto, consolidar as ações já em andamento nos Departamentos Regionais e ampliar as oportunidades de atendimento, nos locais aonde ainda não seja oferecido este tipo de ensino.

Nesse sentido, considerando a necessidade de garantir a continuidade do processo educacional de qualidade, permitindo o acesso ao ensino fundamental e médio ao comerciário e seus familiares, o Departamento Nacional produziu o Módulo de Educação de Jovens e Adultos, cujo objetivo é fornecer uma fundamentação político-pedagógica que servirá de orientação para as ações do SESC, nesta área.

Ressalta-se entretanto, que o Departamento Nacional procurará garantir, por intermédio das ações de cooperação técnica, que competirá a cada Departamento Regional elaborar o seu Projeto Político-Pedagógico que melhor atenda às especificidades locais, permitindo a concretização curricular, respeitando-se assim, os interesses, necessidades e motivações da clientela a ser atendida.

II. PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

2.1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROPOSTA DE ATUAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1.1. O DIÁLOGO: BASE PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Considerando que a clientela composta por jovens e adultos trabalhadores, não escolarizada ou insuficientemente escolarizada, constrói um arcabouço de conhecimentos, fora do tempo e do espaço escolares, o exercício do diálogo aparece como relevante numa proposta pedagógica compromissada com a realidade sócio-educacional desse aluno.

Diálogo que se origina de forma interiorizada, pela compreensão de nossa própria situação dentro de uma coletividade, sugerindo desta forma uma transformação que nos leva da posição de pessoas do mundo à de pessoas no mundo, estabelecendo uma dinâmica entre subjetividade e objetividade, num processo continuado de construção da cidadania.

Entretanto, para que a formação para a cidadania não se apresente unicamente de forma abstrata ou inatingível, é necessário que as condições para a sua efetiva realização sejam propiciadas pelo processo de constante explicitação do conceito de cidadão que queremos assumir, do conjunto de valores que lhe são subjacentes e das condições objetivas que permitam a sua concretização.

Por outro lado, na ação educativa, se torna crucial a conscientização da grande diversidade cultural dos trabalhadores, pois cada um dos indivíduos para o qual está voltada a Educação de Jovens e Adultos traz um mundo de significados e significações, que transparecem nas diferentes formas de andar, vestir, olhar, falar, nas maneiras próprias de expressar suas verdades, nas muitas linguagens verbais e não-verbais, que transcendem aquelas conhecidas e priorizadas nas sociedades letradas. (De Vargas e Fantinato, 1998)

Deve, portanto, existir o estímulo a uma prática que favoreça o intercâmbio de experiências entre indivíduos de diferentes culturas, através de atividades ou de projetos comuns que impliquem a disponibilidade e abertura ao outro, de modo a permitir, na construção do conhecimento, que o estabelecimento de laços afetivos favoreça uma abertura à assimilação de conceitos racionais.

Os indivíduos são, assim, instados a compreender o outro nas suas várias dimensões, buscando superar os preconceitos, que podem levar à representação estereotipada daqueles que não têm as mesmas origens, que não pertencem às mesmas camadas sociais, que não são afetos ao mundo letrado, ou mesmo ao mundo tecnológico. O diálogo professor-aluno, portanto, é fundamental para a recuperação da auto-estima dos alunos, e a sua aceitação do grupo e pelo grupo.

Por intermédio desse encontro interpessoal, a questão cultural é colocada e abordada de modo a mostrar toda a sua relatividade, levando em conta seus múltiplos componentes, interações, conflitos e rupturas, que fazem parte da complexidade de cada um e de todos, pertencentes ao grupo. O estímulo à interação entre pares se torna fundamental à construção coletiva de conhecimentos.

Numa concepção mais ampla, podemos afirmar que hoje não é possível falar em Educação de Jovens e Adultos sem conceber uma interação de diálogo intenso e permanente entre as diferentes áreas do conhecimento que possibilitam o discernimento das formas de inserção do aluno trabalhador no mundo atual.

No que se refere ao comerciário, consideramos que novas formas de relações comerciais, baseadas em tecnologias avançadas, estão a exigir a elaboração de propostas pedagógicas ágeis e consistentes que dêem conta de atender às necessidades desses alunos.

É importante sublinhar que os alunos procuram a escola para adquirir conhecimentos diferentes daqueles que eles possuem e que foram obtidos no exercício de suas atividades profissionais. Entretanto, estes novos conhecimentos não os atingirão se forem produto de uma mera transferência, lidando com os alunos como tábula rasa e com os professores como detentores de todo tipo de saber, prontos para depositá-los nos alunos. A este tipo tradicional de educação, Paulo Freire denominou de **Educação Bancária**, em analogia a um caixa de banco onde os indivíduos depositam seus recursos.

Esquece-se assim que a aprendizagem é um processo dinâmico, baseado e fruto da interação entre professor-aluno, aluno-aluno, aluno-escola, aluno-escola-família-sociedade, pois todo conhecimento é construído, guardando uma estreita relação entre teoria e prática.

2.1.2. A PARTICIPAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

De acordo com os princípios explícitos na Nova LDB, compete a cada unidade escolar a elaboração do seu Projeto Pedagógico, buscando-se a participação de todos aqueles envolvidos na comunidade escolar: família, alunos, professores, administradores, líderes comunitários etc., tendo em vista a formação da consciência que permita a concretização de ações educativas que conduzam à constituição de cidadãos críticos e conscientes que busquem a transformação de sua realidade.

Percebe-se, portanto, um apelo para que os atores sociais vinculados direta ou indiretamente com a escola venham a contribuir para a definição e condução do currículo escolar na busca da concretização de suas finalidades, tendo em vista a expansão da escola fundamental a todas as camadas da população.

Sabemos, entretanto, que a participação, aparentemente um conceito simples, na prática se desdobra em múltiplas formas de engajamento na ação pedagógica (Meister:1969), que só podem ser entendidas em sua estreita vinculação ao contexto sócio-político-econômico no qual sujeitos e grupos estão inseridos.

Sendo assim, não se deve confundir uma *participação resignada*, onde os sujeitos apenas aceitam decisões previamente estabelecidas, em detrimento dos seus interesses e necessidades, com a *participação ativa*, onde diferentes sujeitos encontram espaço de atuação significativa nos processos de decisão, em todos os estágios do projeto pedagógico que está sendo desenvolvido.

Nesse sentido, deve-se procurar ultrapassar o estágio da *participação provocada*, como aquele estabelecido pela LDB, buscando atingir a *participação plena*, consciente e crítica da comunidade, no projeto educacional, sendo necessária, para tal, uma formação para a participação que se deseja, sem a qual os objetivos dificilmente serão atingidos.

A formação para a participação tem a sala de aula como um de seus espaços privilegiados de concretização, através da abertura ao diálogo, na medida em que é desenvolvido o respeito aos diferentes posicionamentos e do exercício da participação na tomada de decisões diversas, referente aos projetos de trabalho.

Na área da Educação de Jovens e Adultos, deve-se buscar a construção do currículo com base no princípio dialogal, que possibilite cada vez mais a participação de coordenadores, professores, alunos, chefes de Unidades Operacionais e funcionários, todos sujeitos do processo ensino-aprendizagem, que pretenda atingir o ensino de qualidade na busca da formação consciente da cidadania.

2.1.3. DIVERSIDADE CULTURAL: COMPREENSÃO DA UNIDADE NA PLURALIDADE

Entendemos por cultura um fenômeno tipicamente humano. Refere-se à capacidade que seres humanos têm de dar significado às suas ações e ao mundo que os rodeia. A Cultura é compartilhada por indivíduos de um determinado grupo, não se referindo, no entanto a um fenômeno individual. A cultura, assim **“consiste um conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve.”**(Macedo, 1979:35)

Enfrentar a heterogeneidade cultural é um dos desafios na procura do entendimento dos processos de mudança no contexto da globalização recente, pois sabe-se que toda prática conseqüente gira em torno das diferenças, da especificidade de cada caso, que por sua vez é o produto das relações entre pessoas, grupos e classes. (Brandão:1984)

Como é explicitado na Proposta Curricular voltada para a Educação de Jovens e Adultos do MEC (1998:185)

“Os atos humanos cotidianos, relacionados à satisfação de necessidades, não se resumem, como na vida animal ou vegetal, à sucessão diária de movimentos, visando à simples sobrevivência física. Ao longo da história, as atividades fundamentais de comer, beber, repousar e reproduzir-se, por força da convivência social, transformaram-se cada vez mais em complexas e distintas esferas de trabalho, lazer, religião, educação, política etc.; a luta pela sobrevivência na vida humana implica uma trama de relações sociais, econômicas, políticas, enfim, culturais, que lhe confere uma heterogeneidade não encontrada na vida de outras espécies.”

A heterogeneidade existente entre os alunos que procuram os cursos de Educação de Jovens e Adultos, no que se refere à idade, local de

origem, religião, formas de inserção no mercado de trabalho, experiência profissional, tempo de escolaridade, sinaliza para a importância de considerarmos a questão da diversidade cultural, ao pretendermos trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos.

Neste sentido é relevante uma atitude de descentração por parte do professor, que deverá perceber a problemática das diferenças, evitando uma postura na qual só os valores e conhecimentos transmitidos pelo professor e pela escola são considerados verdadeiros.

Propor um método de ensino-aprendizagem que permita trabalhar com as diferenças entre alunos e professores, alunos e alunos implica considerar seus costumes, seus comportamentos, as instituições a que pertencem, como parte integrante de seus contextos, visando uma maior percepção da lógica própria dos sistemas de relações que permita encontrar a unidade na pluralidade.

Confrontado com a perspectiva de diferenças individuais, o professor deverá perceber que esta não representa uma visão fragmentada da sociedade, uma vez que busca perceber as várias expressões de grupos diversos e como eles interagem entre si e na sociedade como um todo.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos constroem seus conhecimentos a partir da sua movimentação na vida social, no mundo do trabalho, nas suas relações familiares, nos grupos religiosos e políticos. Baseado assim em um repertório vasto e complexo de tipos de interações, o saber compartilhado espalha-se por todos os setores de seus modos de vida.

Dessa forma, a compreensão desta realidade plural é fundamental também para a atuação pedagógica do professor e a intervenção que ele fará no sentido de facilitar a relação entre os alunos e deles com o conhecimento, visando a aprendizagem.

A diversidade cultural, está expressa não apenas no grupo de alunos e seus familiares mas, também, no quadro de professores e funcionários do SESC. Compreender como todos esses atores sociais se representam, como se identificam e como se relacionam, é fundamental para a formulação de uma Proposta Pedagógica, que perceba a educação como um processo social mais amplo e em permanente construção.

2.1.4. A ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

A complexidade do real exclui qualquer possibilidade de construir uma prática educativa para jovens e adultos pelo esquema de disciplinas isoladas. A interdisciplinaridade é um caminho a ser buscado, não se resumindo em uma complementaridade de tipo aditivo, ela não se reduz à soma de disciplinas, que conduziria a níveis mais elevados na construção de uma supraciência, mas seria mais propriamente a orquestração de um conjunto de relações que se dão entre as áreas do conhecimento.

Um ensino calcado apenas num conjunto de disciplinas isoladas e sem interação entre si, não é suficiente para atingir um aluno que já traz uma bagagem construída no seu cotidiano.

Dessa forma, encontra-se aqui a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, na perspectiva da complementaridade de pontos de vista, que se origina na consciência de que uma determinada questão pode

requerer uma multiplicidade de abordagens, exigindo, portanto, um diálogo intenso e permanente entre as várias áreas do conhecimento.

Como bem assinala Morin (1990), na perspectiva de compreensão de fenômenos complexos, é particularmente importante incorporar um princípio que possibilite a análise da diversidade, expressa por exemplo nas diferentes disciplinas, mas que também crie espaços para que se façam relações que permitam associá-las entre si.

Daí a necessidade de se consolidar os conteúdos no trabalho interdisciplinar como forma de permitir que o aluno faça relações e forme uma visão mais ampla do mundo, visto que a realidade na qual está inserido só é passível de análise desta maneira.

Na medida em que as fronteiras entre as ciências são sempre abertas e se deslocam (Piaget:1970) e que um mesmo objeto pode pertencer a problemáticas diferentes (Bachelard:1971), a interdisciplinaridade se coloca como uma importante ferramenta à compreensão da problemática que envolve os processos educativos dos grupos populares, especificamente dos trabalhadores do comércio.

A interdisciplinaridade representa a possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências escolares entre si, como também delas com a realidade social. O sentido interdisciplinar supera a compreensão de que o ensino não é tão-somente um problema pedagógico e sim um problema epistemológico.

Uma série de proposições, entendidas como parte do processo interdisciplinar, foi apontada pelos professores do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina em (Entre-Rios, Guarapuava - PR) um estudo sobre o tema, a saber:

- estabelecimento de ligação de disciplinas entre si;
- estabelecimento de linguagem e orientação comum entre os professores;
- integração do ensino à realidade;
- superação da fragmentação do ensino para promover a formação global e crítica do aluno;
- formação do aluno para enfrentar os problemas globais do mundo atual.

Levando-se em consideração esses aspectos em conjunto e integrando-os, foi desenvolvido o seguinte conceito de interdisciplinaridade para o contexto do ensino, com um caráter operacional, de modo a orientar a ação:

“Interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual.” (Lück, 1994:63)

A visão fragmentada das disciplinas impede a interação dos conhecimentos com outras áreas, visto que o professor precisa dominar os

conteúdos da sua área para poder socializá-los com as outras disciplinas, de modo a obter diversos ângulos dos conhecimentos a serem construídos.

É inviável pensar numa educação a partir de uma visão única e válida para todos os contextos e segmentos educacionais. Como a realidade de cada grupo social e seu projeto de sociedade apresentam-se múltiplos e até mesmo em conflito, é coerente com a ótica interdisciplinar fazer emergir as diversas faces e oposições e fazê-los confrontar, dialogar, como forma de transformação da prática escolar.

Partindo desses pressupostos, a presente proposta busca colocar em prática o processo interdisciplinar, através dos projetos pedagógicos que apresenta o compromisso constante da construção compartilhada dos conhecimentos, através de pesquisa, envolvendo discussões, interação e socialização entre professores, alunos, profissionais de diversos setores do SESC e comunidade, tendo em vista a elaboração de uma proposta de ensino com situações contextualizadas, de resolução compartilhada num processo de elaboração coletiva.

Esse diálogo é caracterizado por atividades mentais como refletir, reconhecer, situar, problematizar, verificar, refutar, especular, relacionar, relativizar, historicizar. Ele ocorre na interface entre uma e outra, e entre elas e o quadro referencial do indivíduo cognoscente, de modo que, por essa rotatividade, constrói um saber consciente e globalizador da realidade.

2.1.5. SABERES: A CONSTRUÇÃO DE SEUS PROCESSOS

Já é reconhecido que os sujeitos que procuram a Educação de Jovens e Adultos construíram seus conhecimentos ao longo das suas vidas, nos espaços e tempos mais diversos, e de maneiras totalmente diferentes. (De Vargas, 1995) Daí as dificuldades encontradas pelos professores em reconhecer os saberes trazidos pelos alunos, produzidos nas relações de trabalho, na família, nos grupos de interesse (ex.: time de futebol), nas reuniões religiosas etc.

O aprendizado destes saberes se dá por diferentes processos através dos quais os indivíduos aprendem os conteúdos e procedimentos inerentes a cada uma de suas vivências e experiências, permitindo a sua reprodução.

Podemos afirmar que existem duas maneiras principais de reprodução dos processos de trabalho, baseadas em duas formas distintas de saber-fazer: **os incorporados** e aqueles por **algoritmos**.

Os primeiros são o resultado da aprendizagem pessoal, realizada pela experiência e que são indissociáveis de indivíduos e de grupos, pois o trabalhador sabe realizar as tarefas inerentes ao seu trabalho, mas não conhece exatamente como ele sabe. A única forma de transmissão do saber-fazer incorporado é a aprendizagem, pela reprodução mais ou menos idêntica de indivíduos ou de grupos, no decorrer do trabalho.

A grande maioria dos saberes-fazer dos alunos jovens e adultos é construída por esses processos, que se referem à **incorporação da habilidade técnica adquirida pela experiência**, onde método e conteúdo são inteiramente indissociáveis.

Sendo portanto, diferente a forma de produzir os conhecimentos, considerados necessários ao seu cotidiano, os jovens e adultos estranham

as formas de condução do processo de ensino/aprendizagem que têm de confrontar na escola, pois estas se baseiam nos saberes-fazer baseados em modelos, algoritmos.

As dificuldades encontradas por esses alunos se acirram ainda mais, uma vez que os professores, em sua grande maioria, se formaram dentro de modelos escolares e validam esta aprendizagem como sendo a única possível de se realizar na escola. Desta forma passa-se a observar um conflito que se situa muito mais no processo de ensino-aprendizagem do que nos conteúdos específicos propostos. (De Vargas e Fantinato, 1998)

Decorre dessa complexidade, a importância dos professores de Educação de Jovens e Adultos estarem em constante formação, para, juntamente com seus pares de trabalho, poderem dirimir suas dúvidas com relação ao aprendizado e compreender de forma científica a problemática que envolve os processos de aprendizagem dos saberes não formais dos jovens e adultos.

Assim os professores poderão atuar no sentido de partir da realidade dos sujeitos, não para permanecer nela, mas tentar superá-la, tornando conteúdos e métodos significativos para os jovens e adultos comerciários, porém sem perder de vista a necessidade de que esse aluno domine os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, conscientes da correlação íntima entre construção social e construção pessoal do conhecimento.

- **O desvelamento dos saberes do educando.**

Dentre os aspectos considerados fundamentais no processo educativo de jovens e adultos, destacamos a necessidade de conscientização e descoberta por parte do docente dos saberes já formulados por esse aluno adulto, em suas relações de trabalho (De Vargas, 1984), permitindo a sua utilização como alavanca na introdução de novos conceitos e abordagens. Este desvelamento pode ser obtido na medida em que o professor assume uma atitude de aprendiz diante dos processos de produção do conhecimento informal, utilizados pelos alunos, e também, numa preocupação de interagir esses saberes com aqueles produzidos cientificamente.

Portanto, ao considerar os saberes do aluno, o professor demonstra um reconhecimento da sua identidade cultural o que possibilita uma maior integração com o aluno e traz repercussões positivas para a aprendizagem do mesmo, na medida em que favorece o resgate de sua auto-estima, já tão desgastada, em função do histórico de fracasso/exclusão escolar, freqüentemente presente no aluno jovem/adulto da classe trabalhadora. (Garcia, 1985)

Essa autodesvalorização resulta da introjeção que o aluno adulto faz, da visão que a escola tem dele (Freire, 1970) e que muitas vezes se origina de uma perspectiva etnocêntrica, que cria barreiras à diversidade cultural. Podemos dizer que resulta, ainda, do conflito que o jovem e o adulto sofrem ao terem de enfrentar a cultura letrada.

Neste sentido, reconhecer os saberes dos alunos é trazê-los para a sala de aula, utilizando-os como ponto de partida, ou seja, é um procedimento que se diferencia daqueles utilizados na escola tradicional, onde eles são ignorados e até desprezados.

2.2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PROFISSIONALIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA.

2.2.1. A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS EDUCADORES DE JOVENS E ADULTOS

Historicamente, um dos problemas fundamentais, que os programas destinados à Educação de Jovens e Adultos vêm apresentando, refere-se à falta de formação adequada dos seus professores que, geralmente, só foram preparados, nas escolas normais, para trabalhar com crianças. Por isso, muitas vezes, professores elaboram planos e utilizam materiais didáticos inadequados, contribuindo para a infantilização do grupo.

Quando não leva em consideração a experiência histórica, política, cultural e social dos jovens e adultos, esse educador desvincula as disciplinas escolares das vivências dos saberes desses alunos, podendo gerar o desinteresse e futuro abandono da escola. Isto tem acarretado sérias distorções, mesmo às mais bem-intencionadas propostas, voltadas para o atendimento de jovens e adultos, conduzindo-as quase sempre ao fracasso.

Há portanto a necessidade de munir o educador de jovens e adultos dos instrumentos teóricos e metodológicos que permitam uma maior compreensão das especificidades de sua clientela. A melhoria da qualidade do seu trabalho está diretamente relacionada à sua inserção em uma proposta de formação profissional continuada.

2.2.2. O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR

Sabe-se que para aprender, o sujeito precisa se sentir capaz de aprender, e para que isto aconteça, um dos caminhos é o reconhecimento dos saberes que conseguiu construir ao longo de sua vida e das relações que estes possam ter com a cultura escolar. Neste momento, é fundamental o papel de mediador do professor em Educação de Jovens e Adultos, como interlocutor entre os diversos saberes e as disciplinas escolares.

O conceito teórico que possibilita a educadores uma maior compreensão dos mecanismos de mediação é chamado de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definido por Vygotsky(1984:97) como:

“ A distância entre o nível de desenvolvimento real que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.”

Os alunos jovens e adultos, muitas vezes, não têm consciência da presença dos conteúdos escolares no seu cotidiano; cabe ao professor que contribui para o desvelamento desses saberes e para a representação dos mesmos através da linguagem formal, está demonstrando dessa forma que acredita nesse aluno e na sua capacidade de aprendizagem, e por isso mesmo, possibilitando, a construção conjunta de conhecimentos que partam dos saberes situados, na busca de uma maior generalização.

Dentro desta abordagem, para atuar como mediador, o professor precisa saber escutar. Para Freire (1997:127), a capacidade de saber escutar é indissociável do ato de ensinar, pois

“ Se na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles.”

É nesse diálogo permanente que o professor exercita sua capacidade de reversibilidade e descentração.

A capacidade de reversibilidade significa poder se “colocar” no lugar do outro, tentando compreender a totalidade do seu pensamento, seus interesses, motivações, desejos e expectativas com relação ao ato de aprender.

Soma-se a esta atitude, a capacidade de descentração que pressupõe a busca constante da compreensão do universo cultural dos seus alunos, numa abordagem multicultural, para que seja possível perceber de que maneira trabalhar com a realidade diversa e complexa da sala de aula, buscando construir projetos que possam motivar a todos, justamente pela possibilidade de se conhecer as especificidades culturais de cada um.

Não sendo neutra, a ação educativa deve observar a melhor forma e o melhor momento de intervir, visando contribuir construtivamente à mudança de perspectiva, que permita a superação do senso comum. Mantendo uma atitude constantemente crítica da realidade, que possibilite o aprendizado por parte do aluno adulto, através do acesso a novas informações, e de novas formas de aprender.

Esta atitude crítica deverá estar solidamente embasada na busca e na pesquisa, pois a integração entre o ensino e a pesquisa é fundamental na formação do educador de jovens e adultos, uma vez que ao ensinar, não apenas o professor auxilia o aluno, como também reelabora aqueles conhecimentos que já detinha.

Dentro deste quadro, nota-se a importância de que a formação do educador de jovens e adultos trabalhadores se faça numa perspectiva de educação continuada, pois o professor precisa estar em constante formação, para, através do diálogo com seus pares, ter mais condições de enfrentar os desafios que se apresentam cotidianamente, na sua prática pedagógica.

Uma outra questão que se apresenta nesse espaço de reflexão é a atitude do professor diante do “erro” do aluno. A postura docente, frente às tentativas, às vezes frustradas, dos alunos jovens e adultos de aproximação do saber formal, tem conseqüências decisivas para a continuidade do processo de aprendizagem.

Assim, para que possamos compreender as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno adulto trabalhador, precisamos procurar fora das relações didáticas tradicionais, práticas pedagógicas aprendidas em outros espaços educativos, no trabalho, na família, que

vão, certamente, influenciar direta ou indiretamente, no processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, a formação do educador é o eixo fundamental de uma proposta de Educação de Jovens e Adultos. Uma formação continuada que busque dar conta das constantes transformações do mundo atual e que exigem níveis cada vez mais complexos e ágeis de especialização.

2.2.3. O PAPEL DO PROFESSOR COMO PESQUISADOR

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervindo, intervindo educo e me educo.” (FREIRE, 1997:32)

Paulo Freire sinaliza a relação intrínseca entre ensino e pesquisa. A pesquisa não é uma dimensão complementar ao ato de ensinar, mas faz parte da natureza da prática educativa. O trabalho docente implica movimento de ação-reflexão-ação, onde a prática cotidiana indica questões que através da reflexão são reelaboradas.

Em suas atividades cotidianas, o professor toma decisões diante da situação concreta com a qual se depara, a partir do que constrói seu saber – “reflexão na ação”. Mas a reflexão precisa ultrapassar a situação imediata, constituindo a “reflexão sobre a reflexão na ação” que se efetiva através da discussão coletiva, da troca de experiências, da busca de saberes.

O saber pedagógico se elabora na “química” entre teoria e prática, no diálogo entre a prática de cada professor e a teoria educacional. Teoria que precisa incorporar a diversidade, tanto de alunos como de professores, encontrada nos grupos educativos voltados para jovens e adultos trabalhadores. Estamos conscientes de que é preciso integrar, na Educação, as contribuições das áreas da Antropologia, da Psicologia, da Sociologia, da Linguística, da Política, da Economia, assim como das habitualmente chamadas Ciências Exatas e Naturais, tomadas como legítimos parceiros na compreensão do mundo, para a obtenção de um entendimento que contemple a complexidade dos saberes populares.

Complexidade aqui significa que estes saberes foram sendo apropriados pelos sujeitos por diferentes percursos e que, muitas vezes, utilizam conceitos elaborados sem que tenham consciência das suas relações com uma ou diversas disciplinas.

Portanto, para darmos conta de compreender os conhecimentos produzidos na prática, tanto dos alunos trabalhadores quanto na própria ação docente, é necessário que busquemos a contribuição das diversas áreas do conhecimento, para que possamos avançar no processo ensino-aprendizagem.

Resgatar o papel do professor como pesquisador que indaga, reflete, produzindo teoria a partir da prática, requer, entre outros fatores, o registro sistemático das experiências, a fim de que se constitua

a memória da escola. Memória que, analisada e refletida, contribuirá tanto à colaboração teórica quanto ao revigoramento de novas práticas. (PIMENTA, 1996)

Neste sentido a formação continuada de professores constitui aspecto central da presente proposta. É preciso garantir momentos sistemáticos de planejamento, estudo coletivo e troca de experiências onde a teoria educacional seja refletida e sistematizada no seu entrelaçamento com a prática cotidiana.

III. ESTRUTURA CURRICULAR

Compreendemos por currículo o conjunto de valores, conhecimentos, vivências, experiências, ações desenvolvidos e veiculados *pela e/ou na escola*, explícita ou implicitamente.

Segundo Moreira (1995), o currículo corresponde a uma forma de política cultural. Na concretização de uma proposta curricular **“confrontam-se diferentes culturas e linguagens, professores/as, alunos/as e administradores/as freqüentemente divergem em relação a que experiências e práticas devem ser escolhidas e valorizadas.”**

Sendo assim, é necessário se conceber o currículo para além da listagem de conteúdos fragmentados, propondo o desenvolvimento de aprendizagens capazes de **“transformar e ampliar significados de vida, mobilizando para a autotransformação e para a efetiva participação na comunidade, no trabalho, na família de forma mais solidária e crítica.”** (SESC-RS, 1997: 7)

A proposta se articula, ainda, curricularmente, com as demais áreas de atuação do SESC, onde o aluno:

- na área de Saúde, vivenciará não só o atendimento mas, especificamente, a prática educativa da prevenção;
- na área de Lazer, através da participação espontânea, do incentivo à criatividade e busca de ocupação prazerosa do tempo livre, o aluno vivenciará não só o entretenimento como também a superação do desgaste físico e mental.
- na área da Cultura, a participação ativa no fazer cultural pela expressão do gosto estético, da sensibilidade, buscando e encontrando novas formas de prazer a partir da leitura, da participação em grupos de teatros, visitas a exposições e museus etc.

Além disso, a perspectiva de preparação para o trabalho está ligada ao currículo pela possibilidade de que o aluno-trabalhador participe de atividades que visem, não somente, a melhoria da qualidade no trabalho que realiza, mas, também, que essa realização se faça dentro de padrões reconhecidos de segurança e saúde. As questões relacionadas ao mundo do trabalho devem ser, inclusive, trazidas para o cotidiano de sala de aula, como temas de discussão e estudo, contextualizando-as no currículo.

Propõe-se que o currículo seja desenvolvido através da seleção por alunos, professores e coordenadores de temas que serão abordados nas suas várias dimensões, numa perspectiva interdisciplinar, buscando-se integrar as áreas de conhecimento.

Seguindo as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, assinalamos os conteúdos de Linguagem, Matemática, Ciências Naturais e Sociais; de 5º à 8º séries do Ensino Fundamental e no Ensino Médio os conteúdos podem ser agrupados nas disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais (Física, Química e Biologia), Educação Física, Arte e Língua Estrangeira.

Dessa forma, procuramos não especificar conteúdos, acreditando que os mesmos deverão ser selecionados a partir dos temas dos projetos didáticos a serem desenvolvidos localmente. Por outro lado percebemos a

importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Ensino Médio) que sugerimos sejam consultados, quando da formulação das propostas político-pedagógicas que serão elaboradas pelos Departamentos Regionais, sem no entanto se restringirem a elas. Outros materiais poderão ser consultados, visando atender às necessidades específicas.

Os temas, de significado relevante para a clientela, produto da negociação entre os vários atores sociais, engajados no processo educacional, se constituirão em projetos pedagógicos. Estes, no seu conjunto, deverão permitir, ao final da experiência escolar, que os alunos sejam capazes de:

- Apropriar-se dos conhecimentos culturais, científicos, artísticos e tecnológicos fundamentais à atuação crítica e participativa na sociedade contemporânea, inclusive no mundo do trabalho;
- Ter acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico, posterior e profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural;
- Participar ativamente da vida social brasileira, valorizando a democracia, compreendendo o significado da cidadania, consciente de seus direitos e deveres;
- Desenvolver a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação, elaborando pensamentos autônomos e críticos para formular seus próprios juízos de valor, de modo a decidir sobre si mesmo e sobre sua realidade/sociedade/comunidade;
- Conhecer a diversidade do patrimônio cultural brasileiro, tendo atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia.
- Construir métodos e técnicas de estudo e pesquisa, que possibilitem a busca, a sistematização de informações, a apropriação/reconstrução de saberes;
- Fortalecer e recuperar a auto-estima positiva na relação do sujeito com o mundo e com o processo educativo, desenvolvendo a autonomia, a cooperação, a responsabilidade;
- Identificar a arte como fato histórico, contextualizado em cada cultura, conhecendo os movimentos artísticos significativos e a biografia dos artistas estudados, realizando produções artísticas e possibilitando avanços e desenvolvimento do percurso individual.
- Organizar repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para questões do presente e do passado, avaliando as possibilidades de futuro;
- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar;
- Ampliar o uso social da linguagem, através de textos orais e escritos, expressando suas idéias, opiniões, conhecimentos, sentimentos, utilizando as estruturas e sistemas da linguagem;

- Ler de forma crítica e criativa diversos tipos de textos, em prosa ou verso, como forma de buscar informações e de construir conhecimentos;
- Identificar os conhecimentos matemáticos, como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta, através do desenvolvimento da capacidade de análise, comparação, classificação, ordem, síntese e avaliação dos fatos matemáticos;
- Perceber o caráter de jogo intelectual, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento para resolver problemas;
- Desenvolver habilidades de trabalhar com operações numéricas, cálculo mental, fórmulas e expressões diversas;
- Identificar estratégias formais de resolução de problemas, podendo aplicar os conhecimentos na vida social;
- Compreender as leis fundamentais da natureza, nos campos da física, química e biologia;
- Reconhecer e participar das mudanças de um ecossistema, identificando os processos naturais e artificiais envolvidos;
- Desenvolver a curiosidade intelectual e o senso crítico como formas de compreender o mundo e estimular a educação permanente;
- Identificar fatos considerados como preconceitos e superstições pela Ciências Naturais, buscando compreender sua origem e função para que, conforme o discernimento alcançado, possa refutá-los ou assumí-los de forma livre, objetiva e consciente;
- Utilizar diversas fontes de informação: bibliotecas, museus, informantes privilegiados, computador, jornais;
- Utilizar o conhecimento adquirido no aprendizado de novas tecnologias.

IV. METODOLOGIA

A opção metodológica que se faz exige um professor comprometido com a educação, que tenha, ele mesmo, se apropriado do conhecimento científico e que saiba organizá-lo e articulá-lo. Espera-se ainda, que veja o outro – o seu aluno – como interlocutor do processo, que vai ser instaurado, de construção de um novo alicerce, não mais fragmentado e fracionado, mas agora fundamentado no sentido de sua totalidade.

A proposta é, portanto, de busca, de inovação, de ousadia por novos caminhos que considerem, especialmente, esse aluno-trabalhador, cujas expectativas em relação à escola tradicional ainda prevalecem. Ao contrário, encontram-se renovadas quando aceito o desafio de superação dos “fracassos” e de voltar a interagir, como aluno, no espaço do “saber sistematizado”.

A flexibilidade da proposta curricular deverá ser o ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem, viabilizando o prosseguimento para qualquer aluno, mediante diagnóstico dos objetivos e conhecimentos que tenha alcançado. O que se espera garantir ao aluno é a continuidade do processo, segundo seu ritmo individual.

Essa flexibilidade poderá ser alcançada através da implantação dos ciclos de aprendizagem, onde interagem alunos de diferentes níveis de conhecimento, em relação à cultura escolar. O fato de participarem do mesmo espaço pedagógico permite que haja uma troca de experiências entre os alunos, onde parceiros que dominam melhor determinados conteúdos funcionem como “orientadores” de aprendizagem para outros colegas. A convivência neste espaço torna-se, assim, mais motivadora e instigante, pelos desafios apresentados, e a possibilidade de sua superação.

A proposta para o Ensino Fundamental estrutura-se em cinco ciclos contínuos:

- O primeiro, necessariamente, correspondente à alfabetização, voltada para alunos que não dominam a leitura e a escrita ou, ainda, que tenham insegurança e dificuldade na leitura e compreensão de textos, símbolos e operações matemáticas básicas. Neste ciclo caberá implantar a Proposta Pedagógica do Projeto SESC LER. A duração prevista é de até um ano, sendo que a permanência ou aceleração dependerá do ritmo de cada aluno.
- O segundo, voltado para alunos alfabetizados, com relativo domínio de leitura e de escrita, mas que necessitem ampliar os conhecimentos até o nível das duas primeiras séries do ensino fundamental (1º à 2º séries). A duração prevista é até um ano, e a permanência ou aceleração dependerá do desempenho do aluno.
- O terceiro, voltado para a consolidação dos conhecimentos, nas áreas da leitura, escrita e cálculo e engloba a 3º e 4º séries do ensino fundamental. A duração prevista é de até um ano, e a permanência ou aceleração dependerá do ritmo e da disponibilidade de cada aluno.
- O quarto, relativo a alunos cujos conhecimentos passam a se estruturar por áreas mais definidas, correspondendo às duas séries

iniciais da segunda fase do ensino fundamental (5ª e 6ª séries). A duração prevista é de seis meses, a permanência ou aceleração dependerá do desempenho do aluno.

- O quinto e último ciclo, em complementação à etapa anterior, corresponde às duas últimas séries do ensino fundamental (7ª e 8ª séries). A duração prevista será de um ano, a permanência ou aceleração dependerá do desempenho do aluno.

A proposta para o Ensino Médio que estrutura-se por disciplinas, que poderão ser ministradas em classes multisseriadas, no que se refere ao primeiro e segundo ano. O tempo previsto para a realização desta etapa será de até um ano. Quanto ao terceiro ano do Ensino Médio está previsto o desenvolvimento das atividades curriculares em até um ano, a permanência ou aceleração dependendo do desempenho do aluno. Visualiza-se ainda a possibilidade de integração de atividades, neste momento, com o programa de pré-vestibular já oferecido pelo SESC.

Apesar da proposta se definir, teoricamente, como descrita, sabe-se que, dentro dela, a variedade de níveis de conhecimentos encontrados deverá ser bastante grande, cabendo ao professor desenvolver alternativas de trabalho diversificado nos grupos, que atendam à heterogeneidade de condições e interesses dos alunos.

A essa heterogeneidade devem-se juntar as diferenças nos ritmos de aprendizagem e de sistematização do já aprendido, o que permanecerá ao longo de todo o processo de aprendizagem. Esses grupos reais, multiníveis, serão, na verdade, orientadores do projeto a ser formulado, no sentido de, conhecendo a realidade do grupo, quanto aos níveis de conhecimento que detêm, se estruturar a proposta curricular mais adequada a ele.

4.1 A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO POR PROJETOS DIDÁTICOS

O trabalho com projetos didáticos propicia a articulação das atividades educativas de modo significativo e, com isso, favorece o alcance dos objetivos educacionais relacionados à formação de cidadãos participativos, co-responsáveis pelo trabalho em equipe e com uma ampla visão do mundo em que vivem. Evitando assim, que a prática de sala de aula se reduza a um somatório de exercícios isolados e repetitivos.

Este tipo de trabalho parte de uma questão do grupo que se transforma em um problema a ser estudado. Todos devem participar no planejamento, na realização e na avaliação do projeto, o que vai tornando os alunos mais autônomos e conscientes de seu próprio processo de aprendizagem. Os conteúdos ganham significados diversos a partir das experiências sociais do grupo e passam a ser meios para a ampliação do universo do aluno, mediando seu contato com a realidade de forma crítica e dinâmica.

A aprendizagem significativa é aquela que possibilita a construção de um novo conhecimento pelo sujeito, em relação ao que ele sabia antes, o que já se encontrava em sua estrutura cognitiva. Possibilita ao indivíduo utilizar seu conteúdo em contextos diferentes daqueles em que foi assimilado.

Algumas características de Projetos didáticos:

- trabalho coletivo;
- assunto de interesse dos alunos ou a proposta pelo professor de um tema significativo;
- flexibilidade;
- problematização de um tema;
- produção de um objeto ou ação por parte dos alunos;
- atividades que permitam uma aprendizagem significativa;
- os conteúdos abrangem conceitos/fatos, procedimentos/atitudes, normas/valores;
- permite o trabalho interdisciplinar.

A diferença do trabalho com projetos não é a origem ou a priorização de um determinado tema, mas o tratamento que é dado a ele, no sentido de torná-lo uma questão do grupo como um todo e não apenas do professor ou de alguns alunos. Isso significa que o problema ou tema a ser estudado pode ser proposto por um aluno, por um grupo de alunos ou pelo professor. O que se faz necessário garantir é que esse passe a ser um problema comum, gerando o envolvimento efetivo de todos na definição dos objetivos (onde se deseja chegar) e das etapas para alcançá-los (o como fazer). Todos devem participar do planejamento, na realização e na avaliação do projeto. Os alunos aprendem não só a realizar as atividades, mas também a planejar e a avaliar o processo; tornam-se, portanto, mais autônomos e conscientes do seu próprio processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, os conteúdos deixam de ser um fim em si mesmos, ganham significados diversos a partir das experiências sociais do grupo e passam a ser meios para a ampliação do universo do aluno, mediando o seu contato com a realidade de forma crítica e dinâmica. Além disso, são estudados de maneira flexível e abrangente, libertos de uma concepção rígida de seqüenciação e hierarquização, o que permite um trabalho diferenciado, de acordo com o perfil dos alunos.

Os projetos podem se constituir numa metodologia indicada para lidar com o desafio de se trabalhar com os diferentes níveis de conhecimento dos alunos. Isso porque dentro de um mesmo tema, é possível que, em alguns momentos, diferentes grupos de alunos realizem tarefas diferentes, adequadas ao seu nível de habilidade. Noutros momentos, poderão estar compartilhando com toda a turma suas descobertas e novas dúvidas.

4.1.1. ROTEIRO DO PROJETO:

- **Nome do projeto:** refere-se basicamente à escolha de um tema/problematização que sintetize seus propósitos.
- **Justificativa:** texto que define as razões/importância da pesquisa a ser realizada.
- **Objeto social do conhecimento em evidência:** trata-se da opção pela área de conhecimento cujos conteúdos irão se constituir enquanto norteadores da intencionalidade pedagógica.
- **Eixos temáticos:** trata-se das demais áreas do conhecimento que perpassam a temática trabalhada e os conteúdos específicos das mesmas.

- **Objetivos gerais:** são as possibilidades de alcance do projeto, ou seja, o lugar onde são estabelecidas as metas.
- **Objetivos específicos:** expectativa do professor a respeito do processo de aprendizagem do aluno.
- **Pré-atividade:** identificação dos conhecimentos prévios dos alunos a respeito da questão tratada.
- **Etapas prováveis:** operacionalização do projeto, através do desenvolvimento das atividades.
- **Avaliação:** diagnóstico do alcance dos objetivos, considerando que a avaliação deve ocorrer durante todo processo e ser realizada por todos os envolvidos.

Podemos distinguir três momentos no desenvolvimento de um projeto:

a) Problematização:

Consiste na seleção do tema ou problema de interesse e de seu desenvolvimento em subtemas, do levantamento do que querem saber sobre aquilo, de suas hipóteses e conhecimentos prévios.

b) Desenvolvimento:

Esta etapa consiste na definição das estratégias por meio das quais se buscará dar respostas às questões do grupo. O planejamento das atividades norteará o desenvolvimento do trabalho do professor e dos grupos envolvidos, pois permitirá o acompanhamento do que já ocorreu, o que será feito, que providências devem ser tomadas para os próximos passos, verificando a necessidade de realizar mudanças na programação e avaliando o processo de trabalho.

c) Síntese:

É desejável que o resultado do projeto se concretize em algum produto que facilite o reconhecimento, por parte dos alunos, do trabalho realizado.

Para encerrar um projeto de trabalho, é essencial também que os alunos se empenhem em realizar uma avaliação final do trabalho realizado. O professor, por sua vez, deve fazer um balanço de sua própria atuação e do aproveitamento da turma.

4.1.2. OUTRAS FORMAS DE ORGANIZAR AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS:

Nem sempre todas as áreas de conhecimento ou conteúdos específicos encaixam-se num projeto de trabalho. Nesse caso, não se deve tentar fazer um encaixe forçado, isso descaracterizaria a proposta do projeto. O melhor é deixar o conteúdo para ser trabalhado num próximo projeto ou ainda por meio de outras atividades que ocorram paralelamente.

A seguir, propõe-se um elenco de outras formas de organizar o trabalho que podem ser intercaladas ou trabalhadas simultaneamente ao desenvolvimento de projetos:

a) Atividades seqüenciadas

São situações didáticas articuladas que prevêm uma seqüência de realização cujo critério principal são os níveis de dificuldade num determinado conteúdo. Como exemplos de atividades seqüenciadas, podemos citar uma série de problemas envolvendo a operação de multiplicação, exercícios focalizando problemas ortográficos, etc.

b) Atividades de sistematização

São atividades destinadas a sistematizar os conhecimentos, não aqueles relacionados diretamente com os objetivos do projeto, mas com outros conteúdos e objetivos básicos que constam no Módulo de Educação de Jovens e Adultos.

c) Atividades ocasionais independentes

São situações em que algum conteúdo significativo é trabalhado sem que tenha relação direta com o que está sendo desenvolvido no projeto. Por exemplo: discussão de um tema muito debatido na mídia, um fato ocorrido na comunidade ou no país, um acidente ocorrido na região, etc.

d) Atividades permanentes

São situações didáticas propostas com regularidade quando o objetivo é desenvolver hábitos e atitudes. Por exemplo: para promover o gosto de ler e escrever, contar histórias, atenção à saúde, pode-se promover momentos que se repetem de forma sistemática ou durante um certo período, nos últimos 30 minutos da aula, será lida e comentada uma notícia de jornal, ou alguém contará um conto, lerá uma poesia, e outras atividades.

Ao longo das atividades, os educadores precisarão constantemente avaliar as aprendizagens dos alunos de modo a ajustar seu planejamento inicial a novas necessidades surgidas, assim como julgar se as estratégias que está utilizando corresponde às dificuldades apresentadas pelos educandos.

V. AVALIAÇÃO

Observa-se que a partir da última década a avaliação ressurgiu como um dos grandes temas da educação nacional. Novos paradigmas estão a exigir diferentes formas de se avaliar que levem em conta a formação integral do cidadão.

Dessa forma, critérios classificatórios de fundo quantitativo vêm sendo substituídos por novas formas de avaliar que procurem perceber a aprendizagem na sua totalidade, cedendo espaço para a avaliação diagnóstica.

Antes, ao professor competia saber bem para transmitir e avaliar certo. Atualmente, é necessário saber bem para identificar os conhecimentos necessários e significativos que permitirão o aprendizado dos alunos jovens e adultos.

No contexto dessa discussão, a questão principal está centrada na concepção de qualidade do ensino, e quais as práticas de avaliação que garantiriam essa qualidade.

Compreendemos a avaliação como um processo que não pode ser considerado como um fim em si mesmo, mas como um meio importante e que se relaciona intimamente à concepção de educação e de mundo que se pretende adotar.

Portanto, a avaliação precisa ser entendida como instrumento de diagnóstico dos avanços dos alunos capaz de orientar e reorientar as propostas de trabalho que serão oferecidas a eles.

Segundo Luchesi (1995: 9), **“a avaliação é um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão.”**

Numa organização curricular por ciclos, o papel da avaliação e da auto-avaliação permanente assume proporções significativas, pois é através delas que se poderá reorganizar as propostas de estudo do grupo e de cada aluno, permitindo a flexibilidade quanto à permanência ou aceleração dos alunos.

Deve-se analisar as diferentes manifestações dos alunos, orais ou escritas, para que se possa compreender as hipóteses que vêm formulando na interação entre os saberes construídos nas práticas sociais e o conhecimento científico.

Para a consolidação de tal perspectiva, propõe-se que o professor organize um relatório individual do aluno onde vão sendo registrados seus progressos, suas dificuldades, formas propostas para tentar superá-las, novas abordagens utilizadas, discutindo constantemente a sua percepção sobre o desempenho do aluno com o próprio aluno, de modo a permitir que a sua avaliação seja produto de uma construção interativa.

Pretende-se que os registros de avaliação sejam transformados em anotações significativas sobre o acompanhamento dos alunos em seu processo de construção do conhecimento, sendo fundamental para o desenvolvimento da proposta pedagógica.

Portanto, compreendendo a avaliação como uma ação que perpassa toda a prática pedagógica, pensamos que deve se iniciar no momento da inscrição dos alunos, quando os professores poderão já identificar características de cada aluno e do grupo que demanda a Educação de

Jovens e Adultos. Uma vez iniciada a avaliação deverá perpassar todo o processo de maneira a estar, permanentemente, fornecendo elementos para a sua continuidade e reorientação.

Cabe esclarecer que esta avaliação é um diagnóstico preliminar e não servirá para a organização das turmas por nível de aprendizagem.

Considerando-se o processo educativo em sua totalidade, deve-se planejar inclusive, ações que permitam a avaliação não somente da prática pedagógica, em sala de aula, mas também que avaliem o desempenho de todas as áreas que envolvem a proposta.

O SESC, através do seu Departamento Nacional, tem clareza de que a totalidade de realidades é múltipla e plural. Sendo assim, espera-se que as opções a serem assumidas pelos Departamentos Regionais venham enriquecer os limites de uma proposta pedagógica.

VI. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

6.1. CLIENTELA:

- **Ensino Fundamental:**
jovens e adultos comerciários, dependentes e usuários, que não tenham freqüentado a escola em idade própria.
- **Ensino Médio:**
Jovens e adultos comerciários, dependentes e usuários, que não tenham completado a escolaridade básica em idade própria acima e que tenham acima de 18 anos;
- Ter concluído o ensino fundamental;
- Deve-se visar, preferencialmente, os comerciários e seus dependentes, podendo, no entanto, atender aos usuários. Fica a cargo dos Departamentos Regionais os critérios de inscrição dos usuários.

6.2. DIVULGAÇÃO:

A divulgação poderá acontecer através dos meios de comunicação existentes na comunidade (rádio, jornal, TV) ou de outros recursos próprios do SESC: cartazes, panfletos, folhetos informativos. Sugere-se ainda, uma ação mais efetiva junto à comunidade, na forma de reuniões com associações de moradores, igrejas, Secretarias de Ação Social, visitas domiciliares, escolas de ensino fundamental, informando professores, crianças e familiares.

6.3. INSCRIÇÃO:

- A inscrição será feita em local e período a serem estabelecidos pela Coordenação.
- Os documentos necessários serão discriminados pela equipe pedagógica, em conformidade com a Secretaria Estadual de Educação;
- Preenchimento de ficha de inscrição em formulário próprio. Em anexo, modelo de ficha de inscrição que deve ser modificada em função da necessidade do Departamento Regional.

6.4. COMPOSIÇÃO DAS TURMAS:

- As turmas, com um máximo de 30 alunos, serão organizadas da seguinte maneira: nos primeiros 15 dias de aula, os alunos serão agrupados aleatoriamente. Neste período, serão realizadas atividades variadas que permitirão aos professores e coordenadores identificar os interesses e necessidades educacionais de cada aluno. A partir da terceira semana, os grupos serão reorganizados, levando-se em conta os temas de seus interesses, seus objetivos e os níveis de escolaridade já superados. De acordo com os objetivos propostos, as formas de agrupamento poderão variar, sendo possível se formar classes mais especificamente dedicadas a jovens adolescentes e outras a adultos. Entretanto essa não poderá ser uma proposta rígida, o que contrariaria os princípios pedagógicos propostos.
- As turmas serão organizadas por ciclos de aprendizagem, conforme apresentado no item referente à metodologia.

6.5 CARGA HORÁRIA:

- **Alunos:**

Considerando a jornada de trabalho dos comerciários, a carga horária deverá ser de 3 horas diárias, no período (manhã, tarde ou noite) de acordo com a disponibilidade e necessidade dos alunos e das unidades do SESC.

- **Professores:**

Os professores deverão dedicar 20% de sua carga horária semanal para pesquisa, planejamento e avaliação e atendimento às necessidades específicas dos alunos.

Um dia na semana, à escolha da equipe, deverá haver uma reunião semanal com todos os professores e coordenador para estudos, reflexão, avaliação das atividades realizadas e recondução da proposta pedagógica, visando garantir a formação continuada do corpo docente.

No dia de reunião da equipe pedagógica, os alunos participarão de uma atividade programada, junto às outras instâncias educativas do SESC (Ciências, Cultura, Saúde etc.) que venham a contribuir para o enriquecimento das experiências curriculares dos alunos.

Estas atividades terão o caráter de oficinas, podendo abranger as dimensões da cultura, lazer, geração de renda, estudo dirigido e outras. Os alunos se inscreverão livremente nas atividades de seu interesse.

Caso necessário, o SESC poderá contratar profissionais, em caráter de prestação de serviços para atuar em áreas específicas. (Ex.: mecânica, pátina etc.). Neste caso, é interessante a atuação conjunta dos coordenadores de Educação de Jovens e Adultos e dos Cursos de Atualização de Conhecimentos.

6.6. ETAPAS PARA IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENSE E ADULTOS.

1. Solicitar, ao Departamento Nacional do SESC, a Proposta Pedagógica do Projeto para que este seja analisado pela Administração Regional e pelos técnicos da área de educação, tendo em vista avaliar o interesse pela implantação da proposta;
2. Realizar pesquisa junto à comunidade – escolas públicas e particulares, comerciários em geral –, tendo em vista identificar a demanda pela Educação de Jovens e Adultos;
3. Levantamento dos recursos necessários/disponíveis (espaço físico, equipamentos, recursos materiais e humanos);
4. Realizar contatos com a Secretaria Estadual de Educação para verificar possibilidade de estabelecimento de convênios ou parcerias, bem como os critérios necessários para autorização de funcionamento com avaliação no processo;
5. Encaminhamento ao Departamento Nacional, da solicitação de implantação da atividade;
6. Realização do processo de implantação do Projeto pelo Departamento Nacional;
7. Formalizar o funcionamento do curso com avaliação no processo;
8. Inclusão da atividade em modelo A do Departamento Regional;
9. Seleção e contratação de professores;

10. Encontro de formação continuada dos profissionais envolvidos com a participação do Departamento Nacional;
11. Divulgação da atividade;
12. Organizar, com auxílio da Secretaria Estadual de Educação, os documentos necessários para registro da vida escolar do aluno;
13. Realizar a inscrição da clientela, oferecendo todas as informações sobre o desenvolvimento da atividade;
14. Organizar lista de espera da clientela não atendida para preenchimento das vagas em caso de evasão;
15. Organizar a turma com no máximo 30 (trinta) alunos;
16. Equipar a sala de aula com os recursos e materiais didáticos necessários.

6.7. PROFISSIONAIS

6.7.1. EQUIPE PEDAGÓGICA: COMPONENTES, FORMAÇÃO E QUANTIDADE

A Equipe pedagógica será composta por um Coordenador Regional e um Coordenador Local, que desempenhará também a função de Orientador Pedagógico. Esses Profissionais deverão ter formação universitária, preferencialmente em Pedagogia, e se dedicarão em todos os turnos ao programa, na forma de revezamento.

Quanto aos Professores e Estagiários do Ensino Fundamental e Médio deverão apresentar a qualificação estabelecida por lei, para o exercício da função.

É fundamental contar, ainda com o apoio de um Secretário Escolar, que se encarregará das atividades técnico-burocráticas da escola.

6.7.2. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS:

Coordenador Regional

- coordenar o processo de construção e aperfeiçoamento do projeto político-pedagógico no seu Departamento Regional;
- planejar, executar, acompanhar e avaliar o trabalho de Coordenação, integrado ao projeto pedagógico-administrativo-financeiro do SESC;
- estabelecer critérios de inscrição;
- coordenar a divulgação do projeto junto à comunidade;
- organizar, com o Coordenador Local, a inscrição dos alunos;
- participar da seleção do pessoal necessário ao desenvolvimento do projeto;
- supervisionar a organização das turmas; a organização da documentação dos alunos; organização e controle da frequência;
- coordenar a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação da formação continuada dos professores e demais profissionais;
- conhecer as experiências de educação de jovens e adultos desenvolvidas na comunidade;
- propor convênios, parcerias e apoios em ações com outros órgãos e agências da comunidade;

- articular o trabalho dos professores com os demais setores pedagógicos da Instituição;
- orientar, assistir e assessorar os professores em suas atividades, individual e coletivamente, realizando visitas às classes, fornecendo subsídios teóricos e práticos;
- manter organizada e atualizada a documentação do serviço;
- analisar a documentação do aluno que ingressa na escola, visando a avaliação diagnóstica e o aproveitamento de estudos programados, se necessário;
- coordenar os processos de avaliação diagnóstica dos alunos que ingressam no programa;
- participar das atividades de pesquisa relacionadas à escolarização de jovens e adultos;

Coordenador Local

- planejar, executar, acompanhar e avaliar o trabalho de orientação pedagógica, integrado ao projeto pedagógico-administrativo-financeiro do SESC;
- divulgar a atividade na comunidade;
- participar da seleção do pessoal necessário;
- providenciar as instalações, equipamentos e material necessário ao desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- participar do planejamento mensal/semanal das atividades;
- desenvolver, em estreita articulação com a Coordenação Regional e com os professores, ações de apoio aos alunos, individualmente ou em grupos;
- apoiar o processo de desenvolvimento e integração grupal dos profissionais da escola e dos alunos;
- conhecer as experiências de educação de jovens e adultos desenvolvidas na comunidade;
- criar canais de comunicação com a clientela, a comunidade e outras instituições;
- manter trabalho integrado com a Coordenação Regional, promovendo permanentemente a elevação do padrão de rendimento escolar, o acesso e a permanência do aluno na escola;
- manter atualizada e organizada a documentação do setor;
- participar do Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico como membro nato;
- elaborar relatório semestral das atividades do setor;
- participar das atividades de pesquisa;
- desenvolver atividades de formação continuada, visando o aprimoramento dos profissionais envolvidos na Educação de Jovens e Adultos;
- acompanhar as atividades realizadas pelos Estagiários.

Professores

- participar do processo de construção coletiva do currículo e de seu aperfeiçoamento, numa perspectiva interdisciplinar;
- elaborar, executar, acompanhar e avaliar o plano (de ensino de sua matéria e ou disciplina) do currículo para cada classe, integrado ao projeto pedagógico-administrativo-financeiro do SESC;

- estudar e conhecer os processos de aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos;
- documentar a sua prática pedagógica, por meio de registros;
- elaborar relatórios semestrais sobre o trabalho desenvolvido em cada turma;
- participar das atividades previstas na Proposta de Educação Continuada dos Profissionais;
- produzir materiais pedagógicos para o processo de avaliação diagnóstica em sua matéria e/ou disciplina e para o desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula;
- incentivar a participação crescente de todos os alunos no desenvolvimento dos trabalhos, discussões e reflexões;
- utilizar procedimentos pedagógicos e recursos disponíveis na escola e na comunidade que venham a promover a aprendizagem dos alunos e a sua permanência na escola;
- experimentar ou utilizar estratégias inovadoras de ensino para jovens e adultos;
- controlar e registrar a frequência, incentivando os alunos a participar sistematicamente das aulas;
- investigar as causas da baixa frequência dos alunos faltosos e propor alternativas para garantir a sua presença;
- desenvolver o ensino aliado à pesquisa em sala de aula, contribuindo para a produção de conhecimento na área da escolarização de jovens e adultos;
- socializar sua experiência e conhecimento produzido no âmbito da escola e em eventos científicos relacionados à área da Educação de Jovens e Adultos;
- apoiar estudantes de instituições de pesquisa e de formação de educadores de jovens e adultos na realização de observações, práticas de ensino, estudos e pesquisas em sua(s) classe(s);
- contribuir para o crescimento e a qualificação do grupo de professores da escola.

Secretário Escolar

- responder diretamente pela administração e desenvolvimento das atividades técnico-administrativas do projeto;
- participar da Proposta de Formação Continuada dos profissionais engajados no projeto;
- organizar toda a documentação do projeto;
- controlar e zelar pelas instalações, equipamentos, materiais pedagógicos e recursos necessários para a conservação e funcionamento dos cursos;
- zelar pelas instalações físicas ;
- manter contato permanente com a Coordenação;
- prestar atendimento a alunos, professores e interessados nos Cursos de Educação de Jovens e Adultos;
- elaborar atas de reuniões.

6.8 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS:

6.8.1. INSTALAÇÕES

Deverão ser reservadas uma sala para a Coordenação Regional e Local do projeto, uma sala para os professores, uma sala para a secretaria, salas de aula, sala de leitura/biblioteca, área de convivência, espaços do Centro de Atividade que atenderão ao bom desenvolvimento das atividades pedagógicas.

6.8.2. MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO

- carteiras e cadeiras simples e confortáveis, em quantitativo compatível ao espaço físico e à faixa etária dos alunos;
- estantes e/ou armários para a guarda de material do professor e da classe;
- quadro de giz;
- mural expositor;
- televisão;
- videocassete;
- mimeógrafo/copiadora;
- aparelho de som;
- telefone;
- fax;
- antena parabólica.

Pretende-se ainda, gradativamente, proporcionar a implantação de computadores com interface Internet, numa perspectiva de integrar as novas tecnologias educacionais.

6.8.3. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático básico para alunos e professores deverá conter:

- livros de literatura;
- livros informativos;
- livros técnicos;
- revistas;
- jornais;
- dicionários;
- enciclopédias;
- materiais audiovisuais;
- jogos;
- mapas;
- microscópio;
- fita métrica;
- globo terrestre;
- materiais de consumo: lápis, borracha, apontador.

VII - BIBLIOGRAFIA

- ANAIS DO VII ENDIPE. Formação e profissionalização do educador. 1996
- BACHELARD, G. *O Novo Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro., 1968.
- BEISEGEL, C.R. "Cultura do Povo e Educação Popular". In Valle, E. e Queiróz, J. (orgs) *A Cultura do Povo*. São Paulo: Cortez e Moraes: EDUC, 1979. p.40-56.
- CUNHA, L.A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- DE VARGAS, S.M. *A Atuação do Departamento de Ensino Supletivo do MEC no período 1973-79*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1984.
- DE VARGAS, S.M. *Le Processus de Formation Professionnelle des Enseignantes "Leigas" dans le Développement de l'École Primaire Rurale au Brésil, et plus particulièrement dans l'Etat de Minas Gerais*, Tese de Doutorado, Université de Genève, Suisse, 1995.
- DE VARGAS, S.M. e FANTINATO, M.C. *Saberes Não formais : Contribuição à Formação do Educador de Jovens e Adultos Trabalhadores em Educação Matemática*. VI Encontro Nacional de Educação Matemática, São Leopoldo, UNISINOS, 1998.
- DI PIERRO, M. C.; FREITAS, M. V. e HADDAD, S. O Ensino Supletivo – função suplência – no Brasil: indicações de uma pesquisa. In RBEP, Brasília, 70(166), set./dez. 1989. p.346-70
- DI PIERRO, M. C. e HADDAD, S. *Diretrizes de Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos: consolidação de documentos 1985/1994*. São Paulo: CEDI, agosto de 1994.
- DIAS, Generaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo, Editora Gaia, 1992.
- FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. Editora Paz e Terra, 1997.
- FOUREZ, G. *A Construção da Ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: UNESP, 1995.
- HADDAD, S. *O Ensino supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília: INEP/REDUC, 1987.
- HADDAD, S. "Tendências Atuais na Educação de Jovens e Adultos." In *Em Aberto*. Brasília: ano 11, n.56, out./dez. 1992.

- HOFFMAN, J. *Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- HOFFMAN, J. *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LUCKESI, *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LÜCK, Heloisa. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MACEDO, C. "Algumas observações sobre a questão da Cultura do Povo". In Valle, E. e Queiróz, J. (orgs) *A Cultura do Povo*. São Paulo: Cortez e Moraes: EDUC, 1979.
- MEC/SEF/Ação Educativa *Educação para Jovens e Adultos: Ensino Fundamental - Proposta Curricular - 1º Segmento*. São Paulo/Brasília: MEC, 1998.
- MEISTER, A *Participation, Animation, développement*. Paris: Anthropos, 1969.
- MOREIRA, A.F. "O currículo como Política Cultural e a Formação Docente". In Silva, T.T. e Moreira, A.F. (Orgs) *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MORIN, E. *Introduction à la Pensée Complexe*. Paris: ESF, 1990.
- PAIVA, V. *Educação Popular e Educação de Adultos: Contribuição à história da Educação Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1972.
- RUMMERT, S.M. "Educação de Adultos, Trabalho e Processos de Globalização", In *Contexto e Educação*. Ijuí: UNIJUÍ, n.39, jul./set.1995, p.89-111.
- SESC/DN Diretrizes Gerais de Ação do SESC, 1979.
- SESC/DN Portaria 315/82, 1982.
- SESC/DN Ação Finalística, 1996.
- SESC/DN Módulo Político, 1977.
- SESC/DN Projeto SESC-Ler, 1999.
- SESC/DN Texto Base sobre a História do SESC. Elaborado por Stepansky, D.V. e Giani, L. A.A. S.D.
- VIGOTSKY, A *Formação Social da Mente*. São Paulo, Martins Fontes Editora, 1984.

VIII - ANEXOS

LEVANTAMENTO – DIAGNÓSTICO DO ALUNO

Este levantamento deverá ser feito pelo Coordenador da atividade ou professores durante o período de matrícula do aluno.

DEPARTAMENTO REGIONAL:

CENTRO DE ATIVIDADES:

Dados de identificação:

Nome do aluno:

Data de nascimento (dia, mês, ano): ____ / ____ / ____

Natural de: _____ Sexo: _____

Filiação:

Pai _____

Mãe _____

Endereço da residência:

Telefone: _____

Assinale a opção quanto ao tipo de residência:

() alugada () própria () de favor

Sobre a escola:

Você estudou até que série?

Quantos anos tinha quando começou a estudar? E quando parou de estudar?

Você está há quanto tempo sem estudar?

() meses Quantos? _____ () anos Quantos? _____

Qual o meio de transporte que você utiliza para chegar à escola?

Se você está voltando a estudar depois de algum tempo, escreva o porquê do seu retorno à escola.

O que você deseja aprender na escola?

Você acha que o estudo de hoje é diferente da época em que estudou? Explique por quê.

Quais os motivos que levaram você a parar de estudar?

Você sente dificuldades em alguma(s) disciplina(s) ou matéria(s)?

() Sim () Não

Caso tenha assinalado a resposta afirmativa, aponte suas dificuldades.

Sobre o seu trabalho:

Atualmente, você está empregado?

() Sim () Não

Caso afirmativo, em que local você trabalha?

Qual a sua ocupação?

Que tarefas você faz no seu trabalho?

Sobre a sua família:

Seus pais trabalham?

() Sim () Não

Caso afirmativo, qual a ocupação deles?

Quantos irmãos tem? _____ Idades: _____

Quantas irmãs tem? _____ Idades: _____

Eles estudam?

() Sim () Não

Caso estudem, em que série eles se encontram ou em que série pararam?

Tem outros parentes morando na mesma casa?

() Sim () Não

Quantos? E qual o grau de parentesco?

Informações sobre a atividade:

Você já conhecia o SESC?

() Sim () Não

Como tomou conhecimento da escola no SESC? E por que optou em estudar aqui?

Você frequenta outras atividades que o SESC desenvolve?

() Sim () Não

Quais?

Assinatura do aluno

EXEMPLO DE PROJETO 1

Nome do Projeto: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ciclo de Aprendizagem Correspondente: 4º ciclo (5ª e 6ª séries) e 5º ciclo (7ª e 8ª séries).

Justificativa:

“Educação Ambiental” é um projeto que tem como objetivo despertar nos alunos a consciência ecológica, percebendo que através de atitudes cotidianas estarão contribuindo para a preservação de um ambiente mais sadio e uma maior compreensão sobre os problemas ecológicos de sua comunidade.

Consideramos importante, portanto buscar a manutenção e melhoria da qualidade de vida, através do incentivo de ações que constituirão a prática do projeto de educação ambiental. Desta forma, deseja-se instrumentalizar os alunos para a prática da reciclagem como meio de defesa do meio ambiente e o exercício responsável e consciente da cidadania.

A educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que fazem parte do ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos existentes na sociedade, sem agravar os danos causados pelos homens. A busca por possíveis soluções, através de atividades desenvolvidas em sala de aula, otimizará a participação da comunidade na preservação do meio ambiente.

Objeto social do conhecimento em evidência:

Área de conhecimento: Ciências Naturais

Eixos Temáticos:

Área de conhecimento: Língua Portuguesa

- Leitura e escrita: produção de textos, leitura e interpretação de textos relacionados ao tema, relatórios, questionários, etc.
- Linguagem oral: conversas, relatos, discussões, argumentação, debates e entrevistas.

Área de conhecimento: Ciências Naturais

- Destruição da cobertura vegetal, alteração de ecossistemas, diminuição e extinção das espécies animais e vegetais, uso de pesticidas na agricultura, condições naturais, preservação das paisagens, falta de água potável no meio rural e urbano, crescimento desordenado das cidades em áreas com proteção ambiental, instalações inadequadas das indústrias, transporte de petróleo e outros materiais de alto risco para o ambiente e a população, contaminação das águas, poluição sonora, catástrofes naturais.
- O lixo gerado na escola;
- Qualidade ambiental da cidade.

Área de conhecimento: Matemática

- Medidas: comprimento, tempo;
- Estatísticas: coleta, sistematização e análise de dados, tabelas e gráficos;
- Situações problemas.

Área de conhecimento: História e Geografia

- A contribuição individual na busca da qualidade de vida;
- Evolução da comunidade;
- A comunidade e o patrimônio;
- Ambiente urbano versus ambiente rural;
- O estado do ambiente no Brasil;
- Crescimento populacional e capacidade de suporte;
- As mudanças climáticas.

Objetivos Gerais:

- Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante, dependente e agente de transformações do mundo em que vive;
- Induzir novas formas de conduta dos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, a respeito do meio ambiente;
- Proporcionar a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, as atitudes, o interesse ativo e as condutas necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente.

Objetivos Específicos:

- Facilitar o conhecimento sobre alguns dos problemas ecológicos de sua comunidade;
- Possibilitar a conscientização de que a natureza não é um bem inesgotável, e que os recursos naturais não são facilmente renováveis;
- Despertar a percepção de que a Ecologia tem um caráter interdisciplinar, cujo exercício e aprendizado pode ser desenvolvido de forma integrada entre as diversas áreas do conhecimento;
- Instrumentalizar os alunos para a prática de reciclagem, como meio de defesa do ambiente, expressão artística e exercício da cidadania.

Pré-atividade:

- Observação e descrição de problemas em torno da escola relacionados ao meio ambiente;
- Apresentação oral do que foi observado e anotado;
- A observação é uma atividade que permite um olhar mais apurado e maduro sobre determinadas análises e a discussão em classe ajuda o aluno a compreender as questões com uma visão mais geral. Encoraja-o a desenvolver as habilidades de expressão oral e autoconfiança ao falar em público.

Etapas Prováveis:

- Observar o ambiente familiar, de trabalho, de lazer e de estudo,

procurando identificar os fatores que possam estar contribuindo para a degradação ambiental como: hábitos, atividades, tradições, tecnologias, entre outras;

- Listar sugestões que possam neutralizar ou minimizar os fatores identificados;
- Criar e pôr em prática estratégias para modificar comportamentos inadequados;
- Convidar os moradores que vivem há mais tempo na sua cidade, para conversar com os alunos a respeito de como era a cidade anteriormente, em relação à fauna e flora locais, os rios, as florestas, as festas, os transportes, a energia elétrica, a saúde, o clima etc. Deve-se, daí, retirar uma conclusão do que melhorou e do que piorou, para se conhecer as prioridades de ações;
- Identificar e comentar o conteúdo nas letras de música de compositores brasileiros que se engajaram no movimento ambientalista;
- Organizar jogral e produção de letras de música relacionados ao meio ambiente;
- Apresentar atividades em eventos promovidos pela escola e comunidade;
- Visitar jardins zoológicos ou outros espaços correspondentes, identificando, com base nos relatos feitos e nas experiências do grupo, as espécies de plantas e animais existentes na região, que estão cada vez mais raros, ou não são mais encontrados. Identificar e analisar as causas de tal situação. Encaminhar as conclusões às autoridades competentes. É também importante, envolver a comunidade na preservação das espécies identificadas;
- Promover o plantio de árvores nativas de sua região (frutíferas, medicinais, ornamentais, etc.); organizar equipes que possam trabalhar na sua manutenção; informar à comunidade a importância social, econômica, cultural, ética e ecológica daquelas árvores e das demais;
- Realizar coleta seletiva de lixo nos Departamentos Regionais do SESC e oficinas de reciclagem de papel, como forma de promover a conscientização da importância da preservação da natureza;
- Exibição do filme “Ilha das Flores”;
- Levantar ações realizadas na comunidade e empresas relacionadas à coleta de lixo;
- Promover atividades integradas com o lixo e a arte, bem como ressaltando a importância da expressão artística e a criatividade;
- Conhecer o trabalho desenvolvido pelo SESC Campestre em São Paulo, relacionado à energia solar;
- Divulgar e conhecer as atividades promovidas pela Estância Ecológica do SESC Pantanal;
- Pesquisar os prejuízos que os gases tóxicos causam à saúde das pessoas;
- Produzir gráficos e tabelas de acordo com dados coletados nas pesquisas realizadas;
- Analisar situações-problema de diversas áreas do conhecimento, envolvendo questões ambientais;

- Identificar, em sua comunidade, locais como: floresta, riacho, praça, parque, árvore histórica, conjunto de casas etc., que pela sua importância, deveriam ser preservados. Mobilizar a comunidade para esta preservação, identificando os mecanismos legais para a sua realização, como a Lei Orgânica Municipal e a Lei dos Interesses Difusos. É interessante lembrar que isto pode ser feito em conjunto com entidades como associações de bairro, sindicatos, cooperativas etc.;
- Identificar em sua localidade as fontes poluidoras – atividades de qualquer natureza que poluem os rios, o ar e o solo, como: indústrias, matadouros, extração de minerais com uso de mercúrio, agricultura com uso abusivo de agrotóxicos. Promover a discussão dos problemas encontrados; convidar representantes do governo, proprietários ou responsáveis pelos setores de produção que, com suas atividades, agridem o meio ambiente; participar das discussões e conhecer as sugestões da comunidade;
- Identificar atividades que, em sua linha de produção, apresentem cuidados com o meio ambiente em atendimento à legislação ambiental; agendar, com seus proprietários, visitas de grupos de alunos às suas instalações; divulgar para a comunidade a fim de estimular outras empresas a seguir o exemplo.

Avaliação:

A avaliação dar-se-á de forma contínua em todas as etapas das atividades propostas. O desenvolvimento do aluno será observado, tendo em vista suas atitudes, iniciativas, integração, cooperação, participação, aprendizagem, dentre outros.

As ações e iniciativas junto à comunidade também contribuirão para a avaliação.

Produção Final:

Os alunos organizarão um código de ética ambiental, tendo em vista as observações realizadas, as atitudes sugeridas durante o desenvolvimento das atividades e suas concepções frente à natureza, descrevendo os deveres de cada cidadão para com as espécies em extinção e com os ecossistemas. A divulgação da produção deste código será fundamental para a concretização do trabalho realizado na escola junto à sociedade.

EXEMPLO DE PROJETO 2

Nome: VER PARA APRENDER 2

Ciclo de aprendizagem correspondente: 1º ciclo (Alfabetização)

Justificativa:

Saúde é em si uma temática que mobiliza alunos jovens e adultos, pois faz parte das preocupações da vida cotidiana. Deve-se buscar uma nova concepção de saúde não como uma imagem complementar à doença e sim como construção permanente de cada indivíduo e da coletividade, que se expressa na luta pela ampliação das potencialidades de cada pessoa.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), nenhum ser humano será totalmente saudável ou totalmente doente, mas ao longo de sua existência viverá condições de saúde e doença. A saúde visual é algo especialmente importante no caso da escolarização de jovens e adultos, pois as dificuldades nesta área podem trazer implicações ao processo de ensino-aprendizagem.

Em função do grande envolvimento dos alunos com esta questão, da necessidade de, em alguns casos, se deslocarem a outras cidades para realizar exames e da curiosidade que se forma em torno do assunto, justifica-se a necessidade de estudo e pesquisa a respeito da visão: problemas, saúde e prevenção.

Objeto social do conhecimento em evidência:

Área de conhecimento: Estudos da Natureza

- Órgãos dos sentidos;
- O funcionamento dos órgãos dos sentidos;
- Cuidados necessários a preservação.

Eixos Temáticos:

Área de conhecimento: Estudos da Natureza

- O corpo humano;
- Desenvolvimento humano.

Área de conhecimento: Língua Portuguesa

- Linguagem Oral;
- Sistema Alfabético;
- Leitura e Escrita.

² “Ver para Aprender” é um projeto especial que tem por objetivo detectar problemas de visão em alunos de escolas, a fim de oferecer a assistência necessária em termos médicos e de compra de óculos, se necessário. É implementado pelo Departamento Nacional do SESC, através da Divisão de Assistência em Saúde, reforçando as iniciativas de alguns Departamentos Regionais na área de saúde visual. Os alunos do SESC Ler foram os primeiros a participarem desta ação que integra as áreas de Saúde e Educação do SESC.

Área de conhecimento: Matemática

Números Naturais;
 Cálculo Mental;
 Medidas: Comprimento; Tempo;
 Estatística: Coleta, Sistematização e Análise de Dados; Tabelas e Gráficos.

Área de conhecimento: Estudos da Sociedade

Trabalho, Cidadania e Participação: Direitos Cívicos, Políticos e Sociais;
 Organização e Participação na Sociedade; O Estado Brasileiro.

Objetivos Gerais:

- Problematizar fatos observados cotidianamente, interessando-se pela busca de explicações e pela ampliação de sua visão de mundo.
- Valorizar a vida e sua qualidade como bens pessoais e coletivos, desenvolver atitudes responsáveis com relação à saúde e à educação das gerações mais novas.

Objetivos Específicos:

Estudos da Natureza:

- Identificar os órgãos dos sentidos, seu funcionamento e cuidados necessários à sua preservação.

Arte:

- Desenvolver a percepção, a imaginação, a sensibilidade e o sentido estético, realizando ou fruindo produções artísticas.

Língua Portuguesa:

- Posicionar-se em relação a diferentes temas tratados;
- Escrever diferentes tipos de listas;
- Ordenar listas por ordem alfabética;
- Identificar as partes que compõem uma prescrição médica (receita);
- Redigir receitas ou instruções de procedimentos simples;
- Efetuar a leitura de formulários e questionários;
- Observar modelos de formulários comuns e compreender sua diagramação e seu vocabulário;
- Ler e preencher formulários simples;
- Observar a organização de um questionário;
- Responder a questionários curtos com opiniões ou dados pessoais;
- Observar a organização e consultar, com a ajuda do professor, dicionários, enciclopédias, livros didáticos e paradidáticos;
- Observar os sinais de pontuação nos textos;
- Observar palavras que sofrem flexão (plurais, tempos e pessoas verbais);
- Perceber que um mesmo som pode ser grafado de diferentes maneiras;
- Perceber que uma mesma letra pode representar sons diferentes, dependendo de sua posição na palavra;
- Perceber diferenças entre a pronúncia e a grafia convencional das palavras.
- Descrever lugares, pessoas, objetos e processos.

Matemática:

- Reconhecer números no contexto diário;
- Reconhecer, ler, escrever, comparar e ordenar números naturais pela observação das escritas numéricas;
- Analisar, interpretar, formular e resolver situações-problema por meio da compreensão de diferentes significados da adição e da subtração;
- Efetuar cálculos de adição e subtração por meio de estratégias pessoais e construindo suas representações gráficas;
- Utilizar o cálculo mental exato ou aproximado como previsão e avaliação da adequação dos resultados;
- Resolver situações-problema envolvendo datas, idades e prazos.
- Coletar e organizar dados e informações;
- Construir registros pessoais para comunicar informações coletadas;
- Analisar fenômenos sociais e naturais a partir de dados quantitativos;
- Reconhecer, descrever, ler e interpretar informações apresentadas em tabelas simples, tabelas de dupla entrada, gráficos de barra, gráficos de linha, gráficos de setor.

Estudos da Sociedade:

- Identificar direitos e deveres pessoais e coletivos no âmbito dos locais de moradia e trabalho, na escola, nos organismos políticos, nas associações etc.;
- Identificar o papel do Estado e da sociedade na efetivação dos direitos dos cidadãos;
- Relacionar a conquista e a manutenção de direitos de cidadania com a capacidade de organização e de ação coletiva da população;
- Inventariar e comentar experiências de organização e ação coletiva vividas ou conhecidas pelos alunos.

Pré-atividade:

Observação dos Olhos: atividade em dupla com os alunos observando uns os olhos dos outros, descrevendo-os e entrevistando o colega a respeito de suas dificuldades (ou não) de visão. Apresentação oral do que foi observado e anotado.

Com esta atividade os alunos vão demonstrar como percebem os problemas da visão, a que atribuem estas dificuldades e ainda discutir o sistema de saúde, na medida em que lembrarem de suas tentativas, bem ou mal sucedidas, de tratar o problema.

Etapas Prováveis:

- Leitura de textos diversificados: científicos, informativos, literários;
- Elaboração de listas dos alunos por ordem de casos de maior necessidade e urgência, para viagem de realização da consulta;
- Produção de cartazes demonstrativos do olho e suas partes;
- Debate sobre o sistema de saúde;
- Levantamento da população estudantil com deficiência visual;
- Relato da viagem para consulta oftalmológica.

- Leitura, elaboração e preenchimento de formulários e fichas na sala de aula e no consultório médico;
- Leitura e interpretação de receitas médicas;
- Elaboração de listas das deficiências visuais e sua incidência na turma por ordem alfabética e crescente;
- Análise dos resultados dos testes de acuidade visual;
- Tabulação dos dados para construção de gráficos e tabelas;
- Produção do livreto a partir dos conhecimentos construídos ao longo de todo o processo;
- Divulgação do livreto na comunidade;
- Organização de palestras com profissionais da área, com a participação dos alunos no relato de experiências;
- Organização de mutirões da saúde com profissionais de diversas especialidades, com o objetivo de oferecer assistência a comunidades carentes que não têm acesso, através de consultas e exames;
- Buscar parcerias junto ao comércio local em prol da possibilidade de oferecer preços mais acessíveis de medicamentos, compra de óculos etc. para a comunidade carente;
- Pesquisar junto à comunidade as ações realizadas na área da saúde, através de levantamento e análise das contribuições, necessidades e dificuldades apontadas.

Avaliação:

Todas as produções dos alunos ao longo do desenvolvimento do projeto, os registros feitos por alunos e professores, as observações dos professores serão instrumentos para uma avaliação contínua a ser realizada por todos os sujeitos (professores e alunos) a respeito de sua atuação, seus avanços, o processo de trabalho, as etapas do projeto, os resultados conseguidos etc.

Produção Final:

Os alunos produzirão um livreto, para ser distribuído na comunidade, com informações a respeito da visão, seu funcionamento, os cuidados que se deve ter com os olhos, as principais doenças e como preveni-las, assim como organização de palestras sobre a visão para a comunidade com profissionais que atuam na área de saúde visual do SESC e com a participação dos alunos, através do relato de experiências.

Equipe responsável pela elaboração do documento
"Módulo de Educação de Jovens e Adultos".

Diretor da Divisão de Estudos e Modelos – DEM

Sebastião Henriques Chaves

Coordenação Executiva

Regina Coeli Garcia Domingues

Equipe Técnica da Atividade de Educação de Jovens e Adultos

Inês Ferreira de Souza Bragança

Lúcia Regina Silva de Oliveira

Marisa Narcizo Sampaio

Rosilene Souza Almeida

Sebastião Luiz Costa Barreto

Assessoria Técnica

Sonia Maria De Vargas

Rio de Janeiro, dezembro de 1999.